

01/08/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Contingenciamento chega a R\\$ 1,44 bilhão](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Sem nomeação do MEC, universidade federal fica sem reitor na Bahia](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Universitários](#)

O GLOBO - RJ

[Sem cubanos, Mais Médicos vira Médicos pelo Brasil](#)

Revistas

EXAME - SP

[Onda que vai, onda que vem](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[Sem reitor, UFRB pede urgência ao MEC para nomear novo dirigente](#)

MEIO NORTE - PI

[Guia do Estudante da Uespi é lançado em solenidade](#)

Agências de notícias e sites

CONEXÃO POLÍTICA - RJ

[Análise do Future-se, o novo programa do MEC](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Em educação, o Brasil tem muito que aprender com o Ceará](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Seis novas escolas devem decidir se querem gestão compartilhada com a PMDF](#)

TRIBUNA UNIÃO

[Governo edita decreto orçamentário; maiores bloqueios são em Cidadania e Educação](#)

Imprensa Estadual

O TEMPO - MG

[Infraestrutura de escola afeta desempenho de aluno](#)

Agências de notícias e sites

N1 BAHIA

[Todos os serviços do Ministério da Educação \(MEC\) serão digitais](#)

O FAROL

[Governo Bolsonaro corta mais R\\$ 348 milhões da Educação](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Renegociação de dívida com Fies é prorrogada pelo MEC](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Sem nomeação do MEC, universidade federal fica sem reitor na Bahia](#)

CARTA CAPITAL - SP

[O governo anunciou quais ministérios sofrerão corte de 1,44 bilhão. MEC é o que acumula o maior corte orçamentário em 2019](#)

HUFFPOST NEWS

[Aos críticos do projeto para o ensino superior, secretário do MEC diz: 'Faça uma proposta alternativa'](#)

METRÓPOLES

[Weintraub posta foto em classe econômica de avião: "Cadê a pompa?"](#)

[Governo federal vai lançar "Mais Médicos" reformulado nesta quinta](#)

UEMS

[Em evento de Residência Pedagógica, professor da UEMS palestra sobre memes](#)

VERMELHO

[Bolsonaro anuncia novo corte no MEC e afunda ainda mais a Educação](#)

VOZ DA BAHIA

[UFRB fica sem reitor após MEC não efetivar nomeação](#)

Agências de notícias e sites

INFOMONEY

[Transferwise vai parar na Justiça no Rio por problemas da fintech europeia LeoPay](#)

MEIO NORTE - PI

[Uerj lança Mestrado Profissional em História com 20 vagas para Uespi](#)

PIAÚÍ NOTÍCIAS

[Prorrogadas inscrições em editais de estímulo à iniciação científica e inovação tecnológica](#)

CIDADE VERDE

[Mestrado abre portas a novas conquistas e oportunidades profissionais](#)

G1

[Unir faz seletivo para interessados em se especializar em Ensino de Física](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Inscrições no Programa ETA vão até 16 de agosto](#)

[Desafios da pós-graduação](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Contingenciamento chega a R\$ 1,44 bilhão

A decisão de contingenciar recursos de universidades e hospitais vai garantir que o governo encerre 2019 dentro da meta fiscal, com déficit de R\$ 139 bilhões. Para isso, mais de R\$ 31 bilhões foram cortados de ministérios. Agora, dizem especialistas, será necessário reduzir as despesas obrigatórias, como gastos com Previdência e pessoal, para garantir o equilíbrio das contas públicas nos próximos anos. Em 2019, o governo prevê gastar R\$ 630,8 bilhões com Previdência e R\$ 324,6 bilhões, com pessoal e encargos sociais.

O contingenciamento anunciado pelo presidente Jair Bolsonaro vai reter mais R\$ 1,44 bilhão de ministérios. Em março, o Executivo retirou R\$ 29,7 bi da estrutura governamental. O chefe do Planalto disse que os cortes no orçamento foram obrigatórios. “Se eu não fizer, vou para o impeachment”, comentou, referindo-se à ex-presidente Dilma Rousseff (PT), acusada de cometer pedaladas fiscais. “Não vamos pedalar, vamos cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas pegamos a União e estados quebrados”, emendou.

Para o diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto, o modelo de cortes foi exaurido e, agora, o jeito é reter os gastos com Previdência e pessoal — um estímulo, inclusive, para a aprovação da PEC nº 6/2019, que muda as regras previdenciárias no país e deve economizar quase R\$ 1 trilhão em 10 anos. “A estratégia de contingenciar despesas discricionárias tem vida curta. É necessário fazer ajustes na despesa obrigatória, mudando a dinâmica. Se não, o risco de descumprimento da meta fiscal daqui para a frente é muito alto”, explica.

Felipe Salto acredita que a crise econômica pode servir como argumento para o

Congresso acelerar a tramitação da reforma da Previdência, assunto que deve voltar às discussões no plenário da Câmara na semana que vem, quando acaba o recesso parlamentar. “É na crise que surgem as oportunidades. E surgiu o fato de a aprovação do texto ser absolutamente necessária neste momento.” Para Gil Castello Branco, fundador da ONG Contas Abertas, “mudanças são imprescindíveis para que o governo caminhe conforme a meta”.

Desde março, quando o governo anunciou um contingenciamento de R\$ 29,7 bilhões em despesas previstas para 2019, na tentativa de atingir a meta fiscal, existe a possibilidade de novos cortes na estrutura governamental. Naquela ocasião, foram contingenciados R\$ 5,8 bilhões da Educação, R\$ 5,1 bilhões da Defesa e R\$ 2,9 bilhões em emendas parlamentares. Isso motivou protestos pelo país em 15 de maio.

Em nova revisão orçamentária, o governo anunciou que, mesmo estimando um PIB mais baixo que anteriormente, vai recompor o orçamento de R\$ 1,587 bilhão (bloqueados em maio) e liberou R\$ 56 milhões para o Ministério do Meio Ambiente. Para isso, utilizou uma “reserva de contingência” do orçamento de 2019 — cerca de R\$ 889 milhões.

As perdas

O contingenciamento, publicado pelo Diário Oficial da União (DOU), será de R\$ 1,44 bilhão. Veja os ministérios mais afetados

Pasta Corte

Ministério da Cidadania R\$ 619,2 milhões

Ministério da Educação R\$ 348,5 milhões

Ministério da Economia R\$ 282,6 milhões

Ministério do Turismo R\$ 100 milhões

Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações R\$ 59,8 milhões

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento R\$ 54,7 milhões

Ministérios das Relações Exteriores R\$ 32,9 milhões

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Sem nomeação do MEC, universidade federal fica sem reitor na Bahia

Federal do Recôncavo Baiano enviou lista tríplice em março ao ministério
Salvador

Sem uma nomeação de um novo reitor pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) está oficialmente sem comando desde 0h desta quarta-feira (31).

O mandato da reitora em exercício Georgina Gonçalves dos Santos foi encerrado na terça-feira (30) sem que o Ministério da Educação tivesse homologado a nomeação de um novo gestor para a universidade.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/sem-nomeacao-do-mec-universidade-federal-fica-sem-reitor-na-bahia.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO BROAD

Universitários

O número de empresários juniores, aqueles que ainda frequentam a universidade, cresceu 16% no ano passado, para 22.219 no Brasil, segundo dados da Confederação Brasileira das Empresas Júniores, a Brasil Júnior. Essas companhias foram responsáveis por desenvolver cerca de 18 mil projetos.

» De volta. Para 2019, a Brasil Júnior prevê faturamento de R\$ 45 milhões e 23 mil projetos concluídos. Todo o valor arrecadado pelas empresas juniores é investido em ações que beneficiam os próprios alunos. Os dados fazem parte do Censo e Identidade, realizado anualmente pela Brasil Júnior e que contou com 5.105 respostas de 811 diferentes cursos de graduação.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Sem cubanos, Mais Médicos vira Médicos pelo Brasil

Novo nome pretende diferenciar programa das gestões petistas; Planalto também deve rebatizar Minha Casa Minha Vida

BRASÍLIA E RIO

O Palácio do Planalto lança hoje o programa Médicos pelo Brasil, que vai substituir o Mais Médicos, sem a participação de cubanos, em um primeiro momento, e com alterações nas dinâmicas de repasses de valores aos municípios e de contratação de médicos. A opção por renomear o programa reforça a escalada do governo Bolsonaro em substituir as principais marcas das gestões dos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff, ambos do PT.

Alterações como essa já foram sinalizadas pelo Planalto em relação ao programa habitacional Minha Casa Minha Vida, ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e até à Lei Rouanet, sancionada durante a gestão de Fernando Collor de Mello, mas associada pelo presidente Jair Bolsonaro às administrações petistas. Agora, a ordem do governo é tratar a legislação como Lei de Incentivo à Cultura, sem menção ao sobrenome do idealizador, o diplomata Sérgio Paulo Rouanet.

O mesmo tratamento dado ao Mais Médicos será dedicado ao Minha Casa, Minha Vida. O ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, já anunciou que as mudanças vão abranger o nome (já foram ventilados os novos Casa Brasil ou Casa Brasileira), assim como as regras para beneficiários. Está prevista uma divisão do programa em duas vertentes: uma para famílias de baixíssima renda e outra para grupos de baixa e média rendas.

No caso do PAC, o Ministério da Economia não pretende aceitar novos projetos a serem construídos com o dinheiro do programa. O PAC era uma das principais bandeiras petistas desde o lançamento, em 2007, e chegou a ganhar uma segunda versão em 2011. Além disso, uma das apostas exibidas na vitrine do PAC, a construção da usina nuclear de Angra 3, será retomada em parceria com a iniciativa privada dentro do escopo de outra iniciativa, o Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), criado pelo ex-presidente Michel Temer (MDB).

Tentativas de reciclar programas de gestões anteriores não são exclusividade do governo Bolsonaro. Temer, por exemplo, já havia tentado substituir o PAC pelo programa Avançar, em 2017. O mesmo fez Lula com o Bolsa Família, resultado de

políticas implementadas pelo antecessor, Fernando Henrique.

IMPASSE COM CUBANOS

Rebatizado e com mudanças, o programa Médicos pelo Brasil vai contratar profissionais por meio da CLT, após processo seletivo. As mudanças foram adiantadas ontem pelo ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, no lançamento da campanha da pasta para o incentivo à amamentação.

De acordo com Mandetta, o governo estuda uma solução para o impasse relativo à contratação de médicos cubanos, mas não irá resolvê-lo agora. No ano passado, o governo de Cuba deixou o Mais Médicos, mas vários profissionais do país permaneceram no Brasil. Quando integravam o programa, eles podiam trabalhar mesmo sem ter o diploma reconhecido. Com o fim da parceria, isso deixou de ocorrer e a participação dos cubanos ficou comprometida.

— O programa está sendo lançado com o que a lei brasileira me permite hoje, com médicos com inscrição no CRM (Conselho Regional de Medicina). Essa questão de reconhecimento de diploma é do MEC, que vai fazer essa discussão ainda—disse o ministro.

Mandetta também informou que os repasses aos municípios estarão subordinados a critérios como índices de mortalidade infantil, de amputações em decorrência de diabetes e até o tempo médio de amamentação.

Anteriormente, segundo o ministro, eram levados em conta apenas o tamanho da população e a quantidade de equipes de saúde da família atuantes em cada local. O foco serão as localidades com carência maior de profissionais, excluindo, portanto, as cidades maiores.

O tempo de permanência no programa será de dois anos e, ao fim, os médicos devem fazer uma especialização para que sejam integrados à rede pública em equipes de saúde da família. Ainda de acordo com Mandetta, a intenção é implantar um processo seletivo para o Médicos pelo Brasil e firmar as contratações via CLT, constituindo vínculo empregatício. No Mais Médicos, os profissionais atuavam como bolsistas.

— O processo seletivo era basicamente quem entrava na internet mais rápido do que o outro. Era uma competição de digitação. Se você estivesse num lugar em que o sinal fosse ruim, a probabilidade de entrar no programa era quase zero. Não tinha nenhum critério técnico — criticou Mandetta.

topo ↕

EXAME - SP - PRIMEIRO LUGAR

Onda que vai, onda que vem

Depois de crescer com o Fies, as redes de ensino superior, como Estácio, Ser e Kroton, miram o ensino a distância (EAD). Vai dar certo?

Os executivos do grupo educacional Estácio, segundo maior do Brasil, tratam os números do primeiro trimestre de 2019 como um marco. A instituição teve recorde de novos alunos de graduação no período: foram 187 mil ingressantes, um aumento de 12,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. É a maior captação de alunos desde a fundação da empresa em 1970. A conquista seria positiva em qualquer cenário,

mas tem um tempero a mais por acontecer em um momento-chave para as empresas do setor: elas já não contam com gordos repasses do governo para atrair os alunos de cursos presenciais pelo Fies, o programa federal de incentivo. De 2014 a 2018, o número de estudantes financiados pela União caiu de 733 mil para 82 mil ao ano.

Mas os resultados da Estácio são uma mostra de que uma nova frente de expansão já é uma realidade: o ensino a distância (ou EAD). Do primeiro trimestre de 2017 ao início de 2019, o número de polos (estruturas físicas que recebem algumas atividades do EAD) da Estácio passou de 228 para 635. Mesmo com um recuo no faturamento, já que as mensalidades no modo a distância são mais baixas, a Estácio melhorou a margem operacional, de 35% para 41%. As ações da companhia estão em alta de 28% no ano, o dobro do índice da bolsa.

O EAD será responsável por uma nova frente de crescimento do setor? Os números até agora são exuberantes. Um dos principais indicadores do momento são os polos a distância cadastrados no país. São 23 mil unidades, mais que o triplo das registradas dois anos antes. O número de matriculados passou de 1,4 milhão, em 2016, para 2 milhões, em 2018, com previsão de chegar a 2,5 milhões em 2023, segundo a consultoria Educa Insights. “Estamos em um ponto de inflexão para as redes de ensino”, diz Susana Salaru, analista do banco Itaú BBA.

A febre do Fies e a do ensino a distância têm uma similaridade que faz investidores e analistas desconfiarem da nova onda da educação superior. As duas foram impulsionadas pelo governo federal. A onda de abertura de polos veio após uma portaria de 2017 do Ministério da Educação, que definiu que as instituições poderiam abrir até 250 polos por ano, a depender de seu desempenho acadêmico.

Como nos anos anteriores o governo vinha segurando as concessões de novos polos, foi a senha para um efeito manada de empresas consolidadas em EAD, como a Kroton, mas também para vários novos perfis de concorrentes. “Havia uma concentração de mercado favorecida pela própria regulação. Os pedidos de abertura de polo simplesmente não andavam. Agora a concorrência aumentou”, afirma Fábio Figueiredo, diretor de planejamento do grupo Cruzeiro do Sul. Pequenas universidades locais puderam abrir polos de ensino a distância em cidades próximas à sua operação, e algumas se aventuraram por outros estados ou regiões.

O Brasil tem mercado para 23 mil polos de EAD? Para executivos e consultores ouvidos por EXAME, não. “Boa parte desses milhares de polos não tem viabilidade econômica. Vemos cidades pequenas com dez, 12 polos. Essa bolha está estourando e já vemos polos sendo fechados”, diz Romário Davel, sócio da consultoria Atmã Educar. Segundo Davel, nos próximos anos só as redes mais estruturadas devem conseguir manter grandes operações de ensino a distância. Até porque as despesas para operar nesse nicho podem ser menores do que as da educação presencial, com grandes estruturas físicas e exércitos de professores, mas estão longe de ser desprezíveis. Instituições pequenas, sem poder de fogo para investir em marketing e em tecnologia, devem ser as primeiras afetadas.

No EAD, escala é um fator fundamental. Os altos investimentos em tecnologia necessários para garantir uma boa experiência ao aluno se pagam na medida em que a instituição consegue ter muitos estudantes conectados no mesmo curso. “Nunca tivemos

uma necessidade tão grande de sofisticar a operação”, diz Jeferson Ortiz, diretor de operações e polos EAD da Kroton, maior empresa do setor.

Ou seja, o avanço do EAD, assim como o do Fies, tende a beneficiar as grandes redes, com mais capacidade de investimento. Elas estão em meio a uma corrida para fincar bandeiras no maior número possível de territórios. A Estácio, como já dito, foi de 228 polos, no primeiro trimestre de 2017, para 635, no primeiro trimestre deste ano. A Ser, que tinha apenas 15 polos EAD há dois anos, hoje tem 246; a Kroton tinha 910 polos no início de 2017 e hoje conta com 1.410; e a Cruzeiro do Sul passou de 150 para 780 no mesmo intervalo. Os planos de expansão das grandes redes continuam, por ora. A Kroton agora pretende chegar a 1.510 polos até o fim do ano. A Estácio tem a meta de 1.000, assim como a Cruzeiro do Sul. Na Ser, a diretriz é abrir 100 polos ao ano. A avaliação é que os pequenos não terão vez.

Os números de alunos do EAD cresceram de forma significativa nos últimos anos. Ainda assim, só 18% dos jovens brasileiros de 18 a 24 anos frequentam cursos de ensino superior. A meta do Plano Nacional de Educação é chegar a 33% de presença até 2024. “A quantidade de pessoas no Brasil que têm só o segundo grau é muito grande. Enquanto não chegarmos a elas, o trabalho não terminou”, afirma Eduardo Parente, presidente da Estácio.

Apesar das boas perspectivas, até aqui, a expansão do EAD teve efeitos distintos para as principais empresas. A Kroton, que chegou a valer mais de 30 bilhões de reais na bolsa em 2017, hoje está avaliada em cerca de 20 bilhões. A concorrente Estácio, por sua vez, está perto do pico histórico de 10 bilhões de reais, com alta de 28% em 2019.

Na Ser, o valor de mercado também subiu no ano, de 2 bilhões para 3 bilhões de reais. As três instituições, as maiores do país, perderam alunos nas aulas presenciais com o fim do Fies, e devem continuar perdendo. A Estácio já teve 43% de seus alunos presenciais do Fies — hoje, tem 17%. Na Kroton, a participação caiu de 52% para 17%.

Os limites da escala

Uma das principais apostas das grandes redes está nos cursos híbridos. Nessa modalidade, os alunos têm a parte teórica pela internet e alguns encontros semanais para aulas práticas e convivência com os colegas. É uma tentativa de unir o melhor dos dois mundos: a praticidade do EAD com a experiência do curso presencial.

O preço da mensalidade fica no meio do caminho e ajuda a aumentar a receita das instituições, enquanto as matrículas nos cursos presenciais, mais caros, emperram. Um curso 100% online de administração na faculdade Anhanguera, da Kroton, sai por 165 reais ao mês. Na modalidade semipresencial, a mensalidade sobe para 239 reais. O curso totalmente presencial custa 799 reais mensais. Uma estimativa da consultoria Educa Insights mostra que os cursos híbridos devem representar 10% das matrículas em instituições privadas de ensino superior até 2023, ano em que a modalidade chegaria a 1,6 milhão de alunos — hoje são 300 mil.

Na Kroton, a maioria dos alunos já faz cursos com encontros uma vez por semana. Mais recentemente, a empresa lançou a modalidade EAD Premium, com três encontros presenciais por semana, que já responde por 14% dos novos alunos em EAD. Enquanto no 100% online os cursos mais buscados são administração e pedagogia, o modelo

intermediário permite a oferta de graduação em áreas como nutrição, enfermagem e engenharia, que exigem aulas práticas.

“No início, os cursos a distância eram muito padronizados. O modelo híbrido surge dentro da tendência de termos no mercado opções de mais qualidade”, diz Daniel Infante, sócio-fundador da Educa Insights. Na Estácio, os cursos EAD Flex, com 70% do conteúdo digital e atividades nos polos e laboratórios, ganharam força neste ano: a base chegou a 33 mil alunos em março, com crescimento de 64,7% em relação ao primeiro trimestre de 2018. A modalidade já é oferecida em cerca de 100 polos e as aulas práticas (de até duas por semana) são marcadas de acordo com a disponibilidade do aluno.

Rodrigo Galindo, da Kroton: aposta em cursos híbridos | Lia Lubambo

Como os cursos a distância não são financiados pelo governo federal, seu crescimento, ligado à capacidade de pagamento dos alunos, tende a ser mais sustentável no longo prazo. Mas há questões em aberto que nublam o potencial do mercado. A primeira delas diz respeito às próprias redes de ensino. A expansão acelerada de polos pode fazer com que muitos não atinjam o número mínimo de alunos necessário para sua manutenção.

Para se sustentar, o polo precisa ter, em média, de 150 a 450 alunos, dependendo do modelo de negócios. Unidades muito boas chegam a ter 4 mil alunos. Mas reunir essas pessoas tem ficado mais difícil com o aumento da concorrência. Os polos da Ser Educacional, a maioria deles recém-inaugurada, têm, em média, apenas 88 alunos.

Um entrave é como responder às constantes dúvidas dos alunos sem precisar inchar a base de professores, algo que derrubaria parte do ganho de escala. “Estamos testando o uso de inteligência artificial para ter um assistente virtual que possa responder de forma prática às dúvidas tanto acadêmicas quanto administrativas”, afirma Jânio Diniz, presidente da Ser Educacional.

Outra leva de dúvidas vem do mercado e de órgãos reguladores. Uma das controvérsias é a aceitação de cursos a distância em algumas profissões. O Conselho Federal de Enfermagem é contra EAD para formar enfermeiros e apoia um projeto de lei em tramitação na Câmara que obriga a formação restrita a cursos presenciais.

Um dos grandes entraves é a retenção dos alunos. Em outra frente, o Sindicato dos Professores de São Paulo reclama de demissões e afirma que professores de cursos a distância ganham menos do que os de cursos presenciais. Segundo as empresas, os trabalhos são diferentes e o modelo de remuneração também. Depois de usufruir a onda de risco zero do Fies, as escolas vão encarar as exigências do EAD.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Sem reitor, UFRB pede urgência ao MEC para nomear novo dirigente

Situação impede que instituição forme novos alunos e assine novos contratos

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) está sem reitor. A professora Georgina Gonçalves, que atuava na função, teve seu mandato encerrado às 23h59 da última terça-feira (30). Preocupado com a ausência de um diretor para a instituição, o Conselho Universitário (Consuni) da UFRB enviou um pedido ao Ministério da Educação (MEC) solicitando a nomeação imediata da professora para o próximo quadriênio 2019/2023. Ela foi a mais votada pela comunidade acadêmica, em 27 de

fevereiro, para ocupar o cargo.

O documento emitido nesta terça-feira (30), chamado de Moção de Preocupação, foi votado e aprovado de forma unânime pelos conselheiros.

De acordo com Jorge Cardoso Filho, diretor do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da UFRB, que também faz parte do conselho universitário, existem prejuízos com a ausência de um reitor em exercício. "A instituição não tem um gestor público nomeado para responder por ela em alguma situação, como por exemplo assinaturas e estabelecimentos de contratos, representação da universidade em ações oficiais, emissões de portarias para formatura de concluintes", destaca.

Segundo Cardoso, a falta de um reitor também impede progressões profissionais, licenças dos docentes para especializações e capacitações, e podem afetar até a questão salarial.

"Pode interferir na distribuição dos salários, porque é preciso que haja uma assinatura eletrônica do gestor da instituição para que a folha de pagamento seja liberada. Não posso afirmar que os pagamentos serão suspensos, mas é um risco, sim".

Desde então, a instituição pede a nomeação. "O prazo deles para nomear se esgotou nesta terça, que foi quando o mandato da reitora acabou. Como não temos um reitor, os conselhos de deliberação da universidade também não podem ser convocados, porque não temos o presidente dele, que é o reitor".

Ainda segundo Cardoso, os campi de Santo Amaro, Cachoeira/São Félix, Feira de Santana, Amargosa e Santo Antônio de Jesus têm funcionado com suas gestões setoriais, ou seja, através dos seus diretores. No entanto, eles não têm o poder de atuar como reitores.

Votação

Georgina Gonçalves foi a mais votada, com 17 votos, enquanto Tatiana Velloso obteve cinco votos e Fábio Josué dos Santos, três votos. O professor José Fernandes de Melo Filho, que está fora da lista, foi o quarto colocado com apenas um voto. Na mesma sessão, foram escolhidas as candidaturas a vice-reitor. Os mais votados foram José Pereira Mascarenhas (18 votos), Renê Medeiros de Souza (6 votos) e Josival Santos Souza (2 votos).

A elaboração da lista tríplice e a consequente votação de Georgina Gonçalves não significam que a professora está eleita, e sim que ela é a preferida da maioria dos membros votantes da instituição. De acordo com uma lei de 1995, o Presidente da República pode acatar ou não a decisão, tendo liberdade para decidir quem ocupará o cargo.

O que é questionado pelo conselho é que, como ninguém foi nomeado até agora, a instituição está, oficialmente, sem um reitor, o que, tem gerado preocupação. Uma sessão extraordinária do Consuni ocorreu na terça (30), na Sala dos Conselhos, Campus Cruz das Almas, para tratar da "apreensão que aflige a comunidade acadêmica em face da ausência de uma decisão do Ministério da Educação e da Casa Civil da Presidência da República, com relação à nomeação e posse do novo reitorado".

Por meio de um comunicado, o Consuni informou que "as instâncias de controle e fiscalização acionadas até aqui, como Advocacia-Geral da União, Ministério Público Federal e Seção Judiciária do Estado da Bahia - 16ª Vara Federal Cível, atestaram a lisura dos procedimentos adotados pela instituição na eleição e composição da lista tríplice".

Segundo a professora Georgina, os órgãos citados "não apontaram quaisquer ilegalidades no processo sucessório ou não acolheram como fundadas quaisquer das impugnações apresentadas, mantendo-se incólume o trâmite administrativo na elaboração da lista tríplice e da decisão do Conselho Universitário desta UFRB, que aguarda apenas a sua conclusão, que resulte na nomeação e posse" e que "não há nenhuma restrição jurídica".

Atualmente, o Consuni possui 26 conselheiros sendo estes Pró-Reitores, Diretores dos Centros de Ensino, Presidentes das Câmaras Acadêmicas de Pesquisa, Ensino, Extensão e Políticas Afirmativas e representantes das categorias dos professores, alunos e técnicos administrativos.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Guia do Estudante da Uespi é lançado em solenidade

Em cerimônia realizada na manhã de ontem, no campus Poeta Torquato Neto, a Universidade Estadual do Piauí lançou o Guia do Estudante da instituição. O material está disponível inicialmente em formato digital no site, na área de serviços. A previsão é de que ele seja posteriormente distribuído fisicamente por todos os campi da instituição. A versão digital conta com links interativos, onde através de cliques nos tópicos do Sumário, os alunos poderão ir direto ao assunto de seu interesse.

O Guia do Estudante apresenta aos alunos a estrutura e o funcionamento da Uespi, sua Administração Superior e os órgãos executivos e suplementares que a compõem. Além disso, ele servirá de manual, onde os alunos serão melhor orientados sobre os procedimentos institucionais e poderão tirar suas dúvidas sobre vários assuntos, como: cursos oferecidos, formas de ingresso, matrícula, interrupção de curso por trancamento ou cancelamento, tipos de transferências, reintegração de curso, colação de grau, direitos dos estudantes, entre outras temáticas. Além disso, apresentar os programas de Assistência Estudantil e formações complementares que a Uespi oferece.

Para os que desejam fazer a Graduação Presencial na UESPI, o Guia mostra todos os cursos oferecidos, sendo 101 no total. Para os já graduados, a UESPI dedicou uma parte do Guia para tratar de todas as PósGraduações oferecidas pela Universidade. Para os que desejam uma formação à distância, o Guia apresenta o NEAD Uespi (Núcleo de Educação a Distância), que oferece sete cursos de Graduação e 13 de PósGraduação, e a Universidade Aberta do Piauí (UAPI), que oferta o curso de Bacharelado em Administração.

topo ↕

CONEXÃO POLÍTICA - RJ - TEMPO REAL

Análise do Future-se, o novo programa do MEC

Em 17 de julho, o Ministério da Educação apresentou o programa 'Future-se', para possibilitar um aumento da autonomia financeira de universidades e institutos ao arrecadar mais dinheiro privado. O ministro da Educação, Abraham Weintraub,

informou que o programa também servirá para desonerar os cofres públicos. A adesão ao Future-se será voluntária.

Segundo os dados oficiais, R\$ 102,6 bilhões serão destinados às universidades federais por meio do programa. Desse montante, R\$ 50 bilhões já estão previstos no orçamento.

De acordo com a Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação, os pontos mais importantes do programa são: a estruturação do fundo soberano; os eixos das ações e o acesso ao ‘funding’ (recursos que compõem o fundo).

Estão previstas medidas como a gestão compartilhada do patrimônio imobiliário, a possibilidade de cessão de ‘naming rights’ de campi e edifícios, a criação de fundos para doações, a criação de ações de cultura e a inscrição em programas de fomento.

As universidades federais poderão firmar contratos de gestão compartilhada do patrimônio imobiliário da instituição e da União. Serão permitidas PPPs, comodato ou cessão de prédios e lotes. Também será criada uma “carteira de ações”, desenvolvendo fundos geridos na Bolsa de Valores para que empresas e União possam injetar recursos.

A cessão de “naming rights” de campi e edifícios ficará liberada. Por isso, a empresa que fizer doação poderá ter o nome inscrito em prédios do campus. Com os repasses das empresas, o programa também poderá criar fundos patrimoniais para financiar pesquisas.

O Conexão Política consultou o professor da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Amílcar Baiardi, para uma análise do programa Future-se. Baiardi tem doutorado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutorado em Políticas Públicas de Ciência e Tecnologia no Istituto e Museo di Storia della Scienza, em Firenze, na Itália.

Ele também é membro do comitê assessor avaliador de pós-graduação stricto sensu da CAPES e é membro titular fundador da Academia de Ciências da Bahia. Nas grandes áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, tem como eixo de pesquisa e ensino, Ciência e Tecnologia, nas dimensões política, histórica, social, econômica e papel da C&T no desenvolvimento local e rural. Como profissional já esteve em todos os lados do sistema de C&T&I: Como pesquisador, como analista e gestor público em agências de fomento, como construtor institucional à frente de secretaria de Estado que exerce a função C&T e como captador de recursos em fundação universitária.

Baiardi afirma com absoluta certeza que o Future-se é importante para a tentativa de identificar competências em PD&I por instituição e por território e vinculá-las ao setor produtivo, que significa uma repaginação do sistema nacional de inovação.

Exemplos de sucesso

Há exemplos de universidades no mundo que praticam medidas semelhantes às estipuladas pelo programa Future-se.

Universidades públicas como a Universidade de Cambridge, a Universidade de Oxford e a Universidade de Illinois não são financiadas exclusivamente com recursos públicos.

Na Austrália, por exemplo, 58% do orçamento da Universidade de Melbourne, que é pública, vem de fora do governo. De acordo com a Assessoria de Comunicação Social do MEC, o Future-se foi, em parte, inspirado nessas experiências de sucesso.

“Do ponto de vista do financiamento, todos os países mais bem-sucedidos economicamente têm fundos para as atividades de CT&I, de certa forma independentes de orçamentos e de contingenciamentos. De outro lado, nesses países, há uma distinção clara entre universidades que formam recursos humanos e universidades que combinam atividades de ensino com pesquisa básica e P&D. Demais, convém lembrar, que nenhuma pesquisa que vise aplicação é financiada se não houver, claramente, interesse e compartilhamento de empresas. Nesses países, diferentemente do Brasil, não se geram resultados de P&D na forma de processos e produtos que não se transformem em inovações”, analisou Amílcar Baiardi.

De acordo com Baiardi, o Brasil está entre os 20 países que mais publicam em periódicos científicos e na faixa de 50 a 60º dos que convertem os conhecimentos gerados em produtividade e inovação.

“O FUTURE-SE abre uma janela para que as competências instaladas nas Ifes (instituições federais de educação superior) possam ser colocadas à serviço da sociedade, gerando inovações para os tecidos produtivos. Fiz recentemente uma revisão da literatura que trata dos sistemas de inovação da Coreia do Sul, Japão, Finlândia, Israel e Singapura, países exitosos em ter um sistema de ensino superior próximo e funcional do setor produtivo. Espero que consigamos isso no Brasil”, disse Baiardi.

Melhorias

A Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação informou que após a análise das contribuições da consulta pública, o Ministério da Educação será capaz de apontar as sugestões de aprimoramento do programa.

De acordo com Baiardi, para a melhoria do programa seria importante definir melhor o papel da Organização Social e se deverão ser criadas ad hoc, ou se qualquer uma existente e com perfil adequado poderá se candidatar. Também considera necessário esclarecer se uma mesma OS pode atuar junto a mais de uma universidade e/ou instituto federal. Na mesma linha, diz que é importante esclarecer como se constituirá o Fundo Soberano, seu lastro e formas de operação no financiamento de infraestrutura de pesquisa e custeio de projetos de P&D.

“Nem tudo está definido no programa, e isto é muito positivo, pois há margem para que as boas ideias sejam aportadas. Uma mudança da envergadura pretendida deve ser feita com a devida cautela. Tudo virá no devido tempo”, disse Baiardi.

Riscos

Para evitar riscos, o MEC informou que a instituição federal de educação superior (Ifes) deve criar condições para que o Future-se seja efetivamente implementado, como o estabelecimento do contrato de gestão com uma organização social. Os contratos de gestão poderão ser celebrados com organizações sociais já qualificadas pelo MEC. A organização social contratada poderá manter escritórios, representações, dependências e filiais em outras unidades da Federação, podendo a Ifes viabilizar a instalação física deles em suas dependências.

“O único risco que uma IFES, universidade e instituto federal, poderá correr, para o bem ou para o mal, é o de exposição à sociedade. Ela será avaliada rigorosamente e isso tanto pode trazer benefícios diretos e imediatos como ensejar intervenções, na linha de promover ajustes”, explicou Baiardi.

“Cavalo de Troia”

O ex-ministro da Educação Aloizio Mercadante criticou o programa do MEC ao dizer que o “Future-se é o cavalo de Troia da privatização”. A assessoria do MEC rebateu a crítica informando que as instituições federais de educação superior (Ifes) continuarão a ser públicas.

O ministro Abraham Weintraub também afirmou que não haverá cobrança de mensalidades, independentemente da faixa de renda do aluno.

“Isso está inalterado e é assegurado pela Constituição. O que o MEC propõe é uma modernização das universidades, criando condições para que elas possam se concentrar em suas finalidades, ou seja, ensino, pesquisa e extensão”, informou a Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação ao Conexão Política.

Para o professor doutor Amílcar Baiardi, “Mercadante tem uma visão de universidade descolada da contemporaneidade. Qualquer país que pretenda ser soberano, em um momento da história no qual as vantagens competitivas são mais importantes que as vantagens comparativas e no qual o conhecimento é o mais importante recurso estratégico para afirmar a soberania, não pode prescindir de universidades públicas. Contudo, ser pública não dá o direito de ser ‘torre de marfim’ e de realizar pesquisas que não sejam essenciais para alargar a fronteira do conhecimento e prover o setor produtivo de inovações que permitam assimetrias de mercado. Entretanto, se ele vê uma gestão público privada de uma IFES visando a eficiência como algo impensável, como privatização que imponha a supremacia dos interesses empresariais, então ele se encontra no rol dos que não pretendem nenhuma mudança e que o Brasil, por desfuncionalidade do seu sistema de inovação, deva seguir na rota da desindustrialização”.

Prazo

Alguns reitores de universidades, como o reitor da Universidade Federal do Ceará, Prof. Henry Campos, e o pró-reitor de Planejamento e Administração da UFC, Prof. Almir Bittencourt, se mostraram preocupados quanto à falta de detalhamento sobre a operacionalização de pontos do programa e criticaram o prazo de apenas 4 semanas, estipulado pelo MEC, para que a sociedade possa responder à consulta pública sobre o Future-se.

A assessoria do MEC explicou ao Conexão Política que a minuta de alteração normativa está no site da consulta pública e pode ser acessada. Lá estão todas as leis que serão alteradas pelo Future-se.

Verbas e responsabilidade do Estado

Esses reitores enxergam risco de diminuição da responsabilidade do Estado com o ensino superior público. Eles também apontam lacunas no programa, como o não acenar para o descontingenciamento de recursos ou para a suspensão do corte de verbas do

orçamento da Educação, nem para o cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e nem para o Plano Nacional de Educação (PNE). Eles argumentam que não há nada no texto, por exemplo, que aponte para a expansão do ensino superior, que é uma das metas do PNE.

Segundo Baiardi, não há como enxergar um comprometimento dos recursos na magnitude do indicado na proposta como diminuição da responsabilidade do Estado com o ensino superior público.

Quanto ao PNE, Baiardi explica: “Primeiro não é um Plano, é uma proposta de programa e como tal está em fase de recolhimento de contribuições, as quais apontarão para a necessidade de compatibilização do FUTURE-SE com todo o marco regulatório do ensino superior. Avalio como uma proposta extraordinária, mas que gerará resultados a médio prazo, para as IFES que quiserem sair da situação em que se encontram. A ideia de ser parceira do governo na geração de recursos é emblemática e absolutamente contemporânea com o que ocorre no mundo. Recomendaria a estes colegas reitores que leiam atentamente a proposta e que deem sugestões para melhorá-la”.

A assessoria do MEC explicou que tanto o descontingenciamento de recursos quanto a suspensão do corte de verbas do orçamento da Educação serão temas tratados pelo Ministério da Economia. E em relação ao Plano Nacional de Educação (PNE), o programa cria condições para melhorar a sustentabilidade financeira das universidades, o que pode impactar positivamente a capacidade de oferta de novas vagas das Ifes.

Captação de recursos privados

E quanto à preocupação de docentes e reitores com as parcerias público-privadas se tornarem a principal via de financiamento da ciência e das universidades não serem submetidas a interesses e oscilações do mercado, o MEC informa que essa não será a principal via de financiamento da ciência.

“As instituições participantes do Future-se continuarão a receber recursos do orçamento público”, disse a Assessoria de Comunicação Social do MEC.

“Em nenhum momento o FUTURE-SE se apresenta como única maneira de financiamento das universidades e principal via de financiamento da ciência. Nada mais distante. A pesquisa básica e as pesquisas em ciências humanas continuarão a ser financiadas pelas agências com orçamentos compatíveis com o momento e mais generosos à medida que se supere a crise fiscal. De outro lado, afirmar que há diminuição da responsabilidade do Estado com o orçamento da Educação, é pura ignorância. O Estado continua seguindo as imposições constitucionais de comprometimento do orçamento da União com educação. Demais, o Brasil está entre os países que mais investem em educação como percentual do PIB. Obviamente que o PIB se expandindo o teto de gastos se altera e os recursos serão maiores. O que não se pode fazer é abstrair as causas que levaram à crise fiscal, já anunciada por Alexandre Schwartzman e Samuel Pessôa desde 2008”, disse Baiardi.

Alexandre Schwartzman foi diretor de assuntos internacionais do Banco Central e economista-chefe dos bancos ABN Amro e Santander. Hoje, comanda a consultoria econômica Schwartzman & Associados. E Samuel Pessôa é pesquisador do Instituto

Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

Risco de subfinanciamento de pesquisas na área de ciências humanas e sociais
Esses reitores mostraram também uma preocupação com a possibilidade de “risco” de subfinanciamento de pesquisas na área de ciências humanas e sociais e consequentemente um desprezo destas áreas. E também temem que toda a produção de ciência e tecnologia e de projetos de ciência e inovação seja subordinada aos interesses privados, em detrimento de interesses públicos.

O Ministério da Educação informou que o financiamento público das instituições de educação superior não acabará. As áreas de Humanas, assim como as demais, continuarão recebendo recursos públicos e terão, ainda, estímulo para fazer parcerias com o setor privado a fim de desenvolver projetos e pesquisas que possam alavancar mais apoio financeiro a esses específicos departamentos acadêmicos.

“Essa distinção entre supostos interesses públicos e privados é absolutamente estulta, inepta. Gerar inovações para as empresas é também interesse público e leva à prosperidade. O FUTURE-SE não interferirá no financiamento da pesquisa básica e das pesquisas em ciências humanas, que continuarão a ser financiadas pelas agências com orçamentos compatíveis com o momento e mais generosos à medida em que a economia cresça. O FUTURE-SE interferirá no financiamento da pesquisa aplicada e na P&D”, explicou Baiardi.

Regime de Trabalho

Estes reitores têm a impressão que o Future-se propõe a criação de um outro regime de trabalho, com professores contratados de maneira diferente à do concurso público. E consideram que isso criaria duas populações docentes diferentes.

No entanto, Baiardi rebate essa visão e diz: “Nada mais desejável que se tenha outro regime de trabalho, com professores contratados de maneira diferente, regime passível de contratação e demissão. Quando a EMBRAPA foi criada, ela absorveu o DNPA cujos pesquisadores eram estatutários e o resultado foi exitoso, com alguns pesquisadores estáveis assumindo o risco de serem celetistas, para serem melhor remunerados. Nada pior para a qualificação de uma universidade que a estabilidade após exame probatório (que não reprova ninguém). Nos EUA o tenure só é obtido após uma trajetória de inequívoca produtividade”.

Participação da população

O Future-se oferece possibilidade de gerar mais e novos recursos para as instituições federais de educação superior e isso deve ser debatido com toda a sociedade. Por essa razão, o Ministério da Educação convida todos a participar da consulta pública, que ficará aberta, no Portal MEC, até o dia 15 de agosto.

É possível colaborar com críticas, elogios e sugestões. Acesse o site aqui e colabore.

“Para nós, é essencial tornar o debate o mais transparente e democrático possível. Sabemos que esse é um assunto que envolve milhões de brasileiros e, por essa razão, sua opinião é fundamental. A proposta aqui apresentada é um documento em construção que só estará finalizado com a participação da sociedade brasileira, sobretudo dos

estudantes, professores e empresários do nosso País”, conclui a Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Em educação, o Brasil tem muito que aprender com o Ceará

Como o Ceará melhorou a educação sem gastar um real a mais?

Das 100 melhores escolas públicas do Brasil, 82 estão no Ceará. É o que mostra o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. O IDEB, sigla para este índice, é a ferramenta do governo que acompanha as metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação para a educação básica.

Os resultados do Ceará não vêm das grandes cidades apenas, mas principalmente de pequenas cidades do interior. Deputado Irapuan Pinheiro, um município com 9 mil pessoas, é a terceira colocada no país todo, de acordo com o ranking. Quem ocupa a liderança é Sobral, com uma nota de 9,1. Em uma escala que varia de 0 a 10, a nota de Sobral coloca a cidade no nível de país desenvolvido no assunto educação.

O resultado é mais impressionante ainda quando se considera que o Ceará é um dos Estados mais pobres do país. Dos 27 estados, o Ceará é o 23º mais pobre, ficando na frente apenas de Paraíba, Alagoas, Piauí e Maranhão.

Mas, apesar do excelente desempenho na educação, a situação no Ceará nem sempre foi essa. Em 2005, apenas 1 das 100 melhores escolas ficava no Estado.

A pergunta natural que surge é: a que podemos atribuir esse milagre educacional no Estado?

Evidentemente, não há uma causa única. A transformação na educação do Ceará – que começou em 2007 – tem diversas causas. O Programa Alfabetização na Idade Certa, cujo objetivo é priorizar a alfabetização dos alunos até o 2º ano do Ensino fundamental, é um deles. Foi este programa, o responsável por reduzir o número de crianças não alfabetizadas de 47% em 2007 para 4,7% em 2019.

Outro motivo é a cooperação entre os municípios. As escolas com melhores resultados passaram a ser reconhecidas com um prêmio chamado “Prêmio Nota 10”. Cada escola ganha um prêmio de R\$ 2 mil reais por aluno.

Isso significa que se uma escola com 500 alunos recebe um prêmio, o valor chega a ser R\$ 1 milhão. Mas apenas com uma condição: 25% do prêmio só será recebido se a escola vencedora apoiar uma escola com dificuldades. São estas escolas responsáveis por ensinar as que ficam para trás nas metas educacionais. Uma mudança de comportamento pedida há muito pelos gestores em educação: escolas boas poderem ensinar as ruins e as escolas ruins quererem aprender com as boas.

Mas, sem dúvida, um fator importante para o bom desempenho do Ceará na Educação foi a forma como os impostos são repassados para os municípios. A mudança ocorreu em 2007 quando o Estado alterou o repasse do ICMS (Imposto sobre à Circulação de Mercadorias e Serviços).

Antes de 2007, o ICMS era distribuído levando em consideração – principalmente – o

tamanho de cada município. Maiores municípios levavam mais, cidades menores levavam menos. Fazia um certo sentido. Mas a partir daquele ano, parte do que era repassado aos municípios – 18% mais precisamente – levaria em conta o desempenho na educação. Municípios com melhor avaliação nos índices educacionais receberiam mais recursos, municípios com pior desempenho menos. Aqueles que também tivesse apresentado uma grande melhora – independentemente do nível – também seriam beneficiados.

Não era apenas uma ajuda financeira, aliás não houve aumento de gastos por parte do governo. Os novos critérios de distribuição apenas alteraram os incentivos dos prefeitos. E como os agentes reagem a incentivos (e prefeitos não fogem a esta regra), priorizar a educação – mote que muitas vezes ficava apenas no discurso de candidatos em épocas eleitorais – passou a ser um bom negócio. Era a meritocracia entrando em cena.

Diferentemente dos repasses do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), o ICMS Educacional não é uma verba carimbada. Os prefeitos podem usar o dinheiro como acharem melhor. Isso faz toda diferença, uma vez que outros problemas urgentes dos municípios – que muitas vezes possuem orçamentos apertados – podem ser resolvidos.

Dois anos depois da alteração do ICMS, em 2009, o Ceará contou com 9 das 100 melhores escolas no País. Em 2011, já eram 18. Em 2013, 36. Até chegar a 77 em 2015 e, finalmente, em 2017 o Ceará atingiu a impressionante marca de ter 82 escolas entre as 100 melhores.

É verdade que há críticas sobre fraudes no Ceará para estar à frente neste índice. Enquanto não me cabe – ao menos neste artigo – o papel de investigador sobre estes fatos, assumo como verdade o bom desempenho da Educação por dois simples motivos: (i) a mudança nos incentivos fez os tomadores de decisão colocar a educação como prioridade nas suas gestões e (ii) procuro avaliar políticas públicas com base nos resultados finais e não apenas nas intenções ou quem a concebeu.

A experiência do Ceará tem a vantagem de já ter sido implementada. E melhor ainda, a medida fez do Ceará uma referência em educação sem despejar sequer 1 real adicional dos cofres públicos. Apenas alterou os incentivos e a forma como foram distribuídos os recursos. É uma solução muito mais eficiente para aqueles que, diante de qualquer problema para educação, simplesmente pedem mais recursos sem ter um diagnóstico correto dos problemas da Educação. É possível fazer mais apenas mudando as regras do jogo.

*Daniel José, deputado estadual pelo Partido Novo. Economista pelo Insper e Mestre em Relações Internacionais por Yale

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ÚLTIMAS

**Seis novas escolas devem decidir se querem gestão compartilhada com a PMDF
Os seis colégios públicos escolhidos pelo governo para receber o modelo adotado em outros quatro devem decidir, em assembleia, na próxima semana, se aceitam a gestão compartilhada com a Polícia Militar. Sindicato faz campanha contra iniciativa do GDF**

Os seis novos colégios escolhidos pelas secretarias de Educação e de Segurança Pública do Distrito Federal para adotar a militarização vão decidir, na próxima semana, em assembleia, se aprovam ou não as mudanças propostas pelo governo. O modelo, que vigora em quatro escolas públicas desde o início do ano e tem policiais e bombeiros militares para cuidar da disciplina das unidades, divide opiniões na comunidade escolar.

Para definir os colégios que funcionarão sob o novo modelo de gestão, o governo usou uma metodologia criada pela Secretaria de Segurança Pública, que combina aspectos de vulnerabilidade, violência interna e externa, reprovação, evasão e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

No início da semana, o Gisno, da Asa Norte, ficou no centro da discussão sobre a militarização no DF. A Secretaria de Educação recebeu denúncias de que, em horário de aula, representantes do Sindicato dos Professores (Sinpro-DF) teriam discursado para alunos e panfletado contra a proposta do GDF. A pasta apura o caso. “Foi passado para Ouvidoria. Agora, existe um trâmite interno para a avaliação”, diz o secretário de Educação, Rafael Parente.

Diretor do Sinpro-DF, Dinas Costa contesta que a entidade ou a direção do colégio tenham cometido qualquer irregularidade. “O trabalho que o sindicato faz é de conscientização e debate de uma proposta de ensino com a qual não concordamos”, justifica. “É uma mudança de concepção e é necessário que exista debate e que a comunidade tenha tempo para discutir”, completa.

A posição crítica do sindicato em relação à militarização, segundo Dinas, é baseada na concepção de que os problemas de segurança pública não têm origem nas escolas e não serão resolvidos com a militarização. “A violência pode ser resolvida com investimentos nas escolas públicas, com educação integral, mas feita com contratação de profissionais da educação, psicopedagogos e equipes de apoio”, defende o sindicalista.

Apoio

Para o secretário de Educação, a atuação do sindicato nos colégios têm acirrado os ânimos. “O sindicato está fazendo o trabalho dele, chegando com várias pessoas, filmando, acirrando os ânimos”, observa. Segundo Parente, a secretaria, por sua vez, se predispôs a tirar dúvidas e auxiliar diretores e professores no processo. “Existe, por exemplo, uma discussão de como a votação deve ocorrer. Estamos passando esse questionamento para a área jurídica, para respondermos com base nas leis.”

O secretário destaca que a mudança teve ampla aprovação da comunidade nos quatro colégios em que foi implementada, desde o início do ano letivo. “75% dos professores dessas quatro escolas dizem que querem que o projeto continue. Se fosse algo que não funciona, não teríamos esse apoio”, afirma Parente. “Mais de 80% da comunidade diz que a escola e o bairro se tornaram mais seguros”, completa.

A respeito dos resultados pedagógicos, Parente acredita que eles tendem a aparecer de maneira mais clara à medida que o modelo vá se efetivando. “O ambiente da escola, pela ordem e pela calma, se tornou um ambiente mais propício para aprendizagem. Mas, acreditamos que os resultados pedagógicos estão apenas começando a aparecer, já há um avanço de 5% a 10% em relação ao ano passado, porém achamos que é cedo para avaliá-los.”

Servidora do CEF 407 (Samambaia), um dos colégios escolhidos, Maria José Dias dos Santos, 60 anos, é uma das pessoas que concordam com a alteração. “Minha neta estuda aqui. Temos que pensar no futuro dessas crianças e tudo que traz mais disciplina e um ambiente melhor para a escola deve ser bem-vindo.”

Divergência

No primeiro semestre, algumas situações nas escolas militarizadas provocaram polêmicas. No início da implementação, um grafite do ex-presidente sul-africano Nelson Mandela foi apagado do muro do Centro de Ensino 1 (CED), da Estrutural. Após protestos, a pintura foi refeita. Em abril, um PM interveio para separar uma briga no Centro Educacional 7, em Ceilândia. O vídeo do servidor imobilizando o estudante viralizou e dividiu opiniões nas redes sociais. Em junho, outro caso controverso: um policial militar de 54 anos, que atuava no Centro Educacional 3, de Sobradinho, foi acusado de assediar alunas e acabou afastado pela Secretaria de Educação.

A rigidez das regras na gestão compartilhada é o que incomoda a operadora de telemarketing Eliana Dourado, 50, mãe de uma aluna do CEF 407 (Samambaia). “É muita imposição. Meninos não podem ter cabelo longo, meninas têm de usar coque. Os adolescentes gostam de mudanças, de ter um estilo. Se os pais quisessem todo esse rigor teriam buscado um colégio militar”, diz. “Além disso, o nosso problema de segurança é na parte de fora das escolas, nos arredores e não dentro do colégio”, completa.

Como funciona

- » Cada unidade escolar deve receber de 20 a 25 militares – PMs ou bombeiros;
- » A Secretaria de Educação continua responsável pela parte pedagógica, enquanto os militares ficam com a gestão de aspectos disciplinares, administrativos e das atividades de contraturno;
- » As escolas seguem as Diretrizes Curriculares da Educação da rede. Contudo, PMs ministram disciplinas relativas à cultura cívico-militar, como ética e cidadania, banda de música, musicalização, esportes e ordem unida;
- » Os alunos recebem uniformes diferenciados, produzidos pela Fábrica Social;
- » Meninas devem usar coques e meninos, cabelo curto.

Os colégios

Confira as seis escolas escolhidas para a ampliação da gestão compartilhada:

- » Centro Educacional Gisno, na Asa Norte
Número de estudantes: 1.529;
- » Centro de Ensino Fundamental 19, em Taguatinga
Número de estudantes: 636 alunos;
- » Centro de Ensino Fundamental 407, em Samambaia
Número de estudantes: 1.002 alunos;
- » Centro de Ensino Fundamental 1, no Núcleo Bandeirante

Número de estudantes: 898 alunos;

» Centro de Ensino Fundamental 5, no Paranoá
Número de estudantes: 1.047 alunos;

» Centro Educacional Condomínio Estância III, em Planaltina
Número de estudantes: 1.531 alunos;

topo ↕

TRIBUNA UNIÃO - TEMPO REAL

Governo edita decreto orçamentário; maiores bloqueios são em Cidadania e Educação

Governo divulgou detalhamento do bloqueio de R\$ 1,44 bilhão anunciado na semana passada. Objetivo da área econômica é tentar cumprir a meta fiscal fixada para 2019.

O governo publicou na noite desta terça-feira (30), em edição extraordinária do "Diário Oficial da União", o decreto de programação orçamentária com o detalhamento do chamado contingenciamento (bloqueio) de mais R\$ 1,44 bilhão em gastos no Orçamento de 2019.

O bloqueio adicional na peça orçamentária, que se soma aos R\$ 29,7 bilhões divulgados em março, tem por objetivo tentar cumprir a meta de déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar as despesas com juros) do governo neste ano, de até R\$ 139 bilhões.

Há possibilidade de o governo desbloquear esses recursos até o fim do ano, mas, para isso, depende do ingresso de receitas adicionais – que podem ser obtidas de forma extraordinária (com venda de ativos) ou por meio de um crescimento maior da economia – com respectivo impacto na arrecadação.

Do valor adicional de R\$ 1,44 bilhão contingenciado neste mês, as três pastas que sofreram os maiores bloqueios são:

Ministério da Cidadania: R\$ 619,16 milhões (42,9% do total de R\$ 1,44 bilhão)

Ministério da Educação: R\$ 348,47 milhões (24,1%)

Ministério da Economia: R\$ 282,57 milhões (19,5%)

Veja outros bloqueios ou liberação de verbas autorizados por meio do decreto:

Agricultura: bloqueio de R\$ 54,69 milhões

Ciência e Tecnologia: bloqueio de R\$ 59,78 milhões

Infraestrutura: liberação de R\$ 60 milhões

Meio Ambiente: bloqueio de R\$ 10,19 milhões

Mulher, Família e Direitos Humanos: liberação de R\$ 5 milhões

Relações Exteriores: bloqueio de R\$ 32,88 milhões

Saúde: bloqueio de R\$ 6,99 milhões

Turismo: bloqueio de R\$ 100 milhões

Efeito dos contingenciamentos

Devido à retenção de verbas orçamentárias, os recursos para custeio e investimentos

estimada para este ano são os menores desde 2008, quando começou a série história do Tesouro Nacional, em todas as áreas, não somente para Educação.

O limite dos gastos discricionários (não obrigatórios), somente dos ministérios, caiu de R\$ 129 bilhões, no início do ano, para R\$ 87,41 bilhões após os bloqueios. O governo afirma que buscará reverter os contingenciamentos no decorrer do ano e, com isso, tentar elevar o limite dos gastos com custeio e investimentos.

“Esse valor de despesas discricionárias é muito baixo. Nossa intenção é que seja recomposto, ou mantê-lo nesse patamar. Se não tivermos [recomposição], teremos problemas de execução nos ministérios. Nossas ações são para que isso não ocorra”, declarou na semana passada o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues.

Segundo ele, o governo também está atuando por meio das reformas, para melhorar o ambiente da economia e, com isso, incrementar também a arrecadação.

“Apesar de sermos prudentes e transparentes, nosso esforço é de trazer medidas que levem à reativação da economia. Nova previdência é uma, mas há a reforma tributária, o mercado de gás. Outras medidas que afetem a receita positivamente”, acrescentou, na ocasião.

Entre os gastos não obrigatórios, afetados pelos bloqueios, estão:

- Investimentos em infraestrutura;
- Ações de defesa agropecuária;
- Bolsas do CNPq;
- Concessão de bolsas de estudo (**Capes**);
- Pronatec; Emissão de passaportes;
- Farmácia popular;
- Fiscalização ambiental (Ibama);
- Bolsas para atletas;
- Aquisição e distribuição de alimentos para agricultura familiar;
- Despesas administrativas do governo (água, energia elétrica, serviços terceirizados).

O TEMPO - MG - GERAL

Infraestrutura de escola afeta desempenho de aluno

BRASÍLIA

Escolas com prédios precários, pouco acesso a serviços públicos e sem inclusão para pessoas com deficiência tiveram as piores avaliações no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). “Sem você ter infraestrutura, dificilmente vai ter bons resultados”, explica Maria Teresa Gonzaga Alves, professora da UFMG e uma das coordenadoras da pesquisa, que analisou dados dos anos de 2013, 2015 e 2017. A pesquisa, divulgada ontem, foi realizada pela Unesco e pela UFMG e põe em análise a situação de escolas públicas de ensino fundamental no Brasil. Para avaliar a qualidade da infraestrutura escolar, a pesquisa focou cinco dimensões: área onde está localizada; modalidade de ensino; condições da escola; condições para ensino e aprendizado e para equidade.

topo ↕

N1 BAHIA - tempo real

Todos os serviços do Ministério da Educação (MEC) serão digitais

Da Redação N1 Bahia

Até dezembro de 2020, todos os serviços do Ministério da Educação (MEC) estarão disponíveis em ambiente digital, no portal único do governo federal, o gov.br. O objetivo é prestar um atendimento mais ágil ao cidadão. O Plano de Transformação Digital foi anunciado nesta segunda-feira (29/07); e vai trazer uma economia de R\$ 32,5 milhões para o governo e o cidadão.

O programa vai unificar todos os serviços do Ministério em uma mesma plataforma e “simplificar a vida do usuário, do pagador de imposto que está na ponta recebendo serviços, reduzindo custos”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Sistema unificado

Com um único login e senha, o usuário vai poder acessar, solicitar e acompanhar 99 serviços do Ministério da Educação. Desses, 48 são da educação superior, 47 da educação básica e 4 da educação profissional e tecnologia.

Entre os serviços que estarão completamente digitalizados, está a oferta de bolsas de pesquisa para mestrandos e doutorandos e de bolsas permanência, auxílio para estudantes de ensino superior de baixa renda.

Enem online

Já a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) terá aplicação digital a partir do ano que vem. As primeiras aplicações piloto no modelo digital serão opcionais. Os candidatos vão poder escolher pela forma digital ou pela tradicional prova em papel. A ideia é que o exame esteja totalmente digitalizado em 2026.

Plano de Transformação Digital

O Plano de Transformação Digital do Ministério da Educação foi feito em parceria com o Ministério da Economia e a Secretaria-Geral da Presidência da República. Segundo o MEC, a política segue a tendência de todo o governo federal de otimizar os canais para o cidadão.

“Vamos simplificar o acesso aos serviços públicos, reduzir custos e tempo de espera, a exemplo de outros serviços que tem sido transformados no governo federal”, afirmou o diretor de Tecnologia de Informação do Ministério da Educação, Daniel Miranda Rogério.

Também serão digitalizados serviços de entidades ligadas ao MEC; como **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh); Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); e Instituto Nacional de Ensinos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

topo ↕

O FAROL - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro corta mais R\$ 348 milhões da Educação

É o segundo corte do ano e o Ministério da Educação é o mais penalizado pelo governo Foto e informações: APP-Sindicato - O governo federal bloqueou mais R\$ 1,4 bilhão do orçamento deste ano. Com o decreto assinado por Jair Bolsonaro e publicado nesta terça-feira (30), o Ministério da Educação terá R\$ 348 milhões a menos para investir.

Outros oito ministérios também foram atingidos.

É o segundo corte de recursos feito pelo governo em 2019. Em março Bolsonaro bloqueou R\$ 29,7 bilhões. No total, só da Educação já foram bloqueados R\$ 6,2 bilhões, o maior valor entre todos os ministérios. A quantia representa 25% do orçamento da pasta para o ano.

Com a medida, a pesquisa científica será uma das principais áreas prejudicadas. O bloqueio dos recursos vai afetar bolsas do CNPq; bolsas de estudo da **Capes**; programa Farmácia Popular; bolsas para atletas; fiscalização ambiental (Ibama); e aquisição e distribuição de alimentos para agricultura familiar.

Também serão atingidas as ações de defesa agropecuária; os investimentos em infraestrutura; Pronatec; emissão de passaportes; e despesas administrativas do governo (água, energia elétrica, serviços terceirizados).

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Renegociação de dívida com Fies é prorrogada pelo MEC

Estudantes têm até o dia 10 de outubro para quitar dívidas com o Fundo de Financiamento Estudantil

O prazo para renegociação de dívida do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) foi prorrogado para o dia 10 de outubro, por determinação do Ministério da Educação (MEC).

De acordo com o MEC, mais de 500 mil alunos estão com os contratos de financiamento na fase de amortização e com atraso no pagamento das prestações. O saldo devedor total alcança o valor de R\$ 11,2 bilhões.

Para regularizar a situação, os interessados devem procurar a instituição bancária onde o contrato foi assinado. O valor da parcela resultante da renegociação não pode ser inferior a R\$ 200. Há ainda a parcela de entrada. O estudante deve pagar ou 10% da dívida consolidada vencida, ou R\$ 1.000.

Como pedir a renegociação de dívida com Fies

Para pedir a renegociação, os estudantes precisam ter firmado o contrato com o Fies até o segundo semestre de 2017; estar com as parcelas atrasadas em, no mínimo, 90 dias; e ter contratos em fase de amortização.

Além disso, os contratos não podem ser objeto de ação judicial. A depender do tipo contrato, a renegociação também poderá ser feita pelo prazo de amortização.

Fies

O Fies concede financiamento a estudantes em cursos superiores de instituições privadas com avaliação positiva pelo Ministério da Educação.

Pode concorrer quem fez uma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, com média igual ou superior a 450 pontos, e obtido nota maior que zero na redação.

Modalidades

O novo Fies, que começou a vigorar em 2018, tem modalidades de acordo com a renda familiar. A modalidade com juro zero é para os candidatos com renda mensal familiar per capita de até três salários mínimos: O aluno começará a pagar as prestações respeitando o seu limite de renda.

A modalidade chamada de P-Fies é para candidatos com renda familiar per capita entre três e cinco salários mínimos. Nesse caso, o financiamento é feito por condições definidas pelo agente financeiro operador de crédito, que pode ser um banco privado ou fundos constitucionais e de Desenvolvimento.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Sem nomeação do MEC, universidade federal fica sem reitor na Bahia

Federal do Recôncavo Baiano enviou lista tríplice em março ao ministério

Sem uma nomeação de um novo reitor pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) está oficialmente sem comando desde 0h desta quarta-feira (31).

O mandato da reitora em exercício Georgina Gonçalves dos Santos foi encerrado na terça-feira (30) sem que o Ministério da Educação tivesse homologado a nomeação de um novo gestor para a universidade.

A lista tríplice com os três indicados à reitoria foi enviada ao Ministério da Educação em março deste ano. Mas, cinco meses depois, não houve uma escolha do governo federal.

Diante da situação, o Conselho Universitário reuniu-se para discutir uma solução temporária. Mas houve um entendimento de que o estatuto da universidade não prevê substituto legal em caso de vacância permanente das vagas de reitor e vice-reitor.

“Não encontramos base legal para nomear um substituto. Então, estamos nesta situação surreal em que a universidade ficou sem ninguém para responder por ela”, afirma o professor Jorge Cardoso, membro do Conselho Universitário e diretor do Instituto de Artes, Humanidades e Letras.

Sem um representante legal, a universidade não terá uma figura jurídica que possa firmar contratos, fazer pagamentos a fornecedores e até mesmo liberar a folha salarial dos professores e servidores.

A retenção da nomeação de novos reitores de universidades tem sido uma constante na gestão do presidente Bolsonaro, com intervalos de meses entre a eleição da lista tríplice e a nomeação.

Desde o início do governo, o presidente Bolsonaro nomeou reitores de seis instituições de ensino. Em cinco delas, foi nomeado o primeiro nome da lista tríplice. A exceção foi a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, onde foi escolhido o segundo colocado, em uma decisão inédita nos últimos 15 anos.

Presidente da Andifes (Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais do Ensino Superior), o reitor da Universidade Federal da Bahia, João Carlos Salles, diz ver com preocupação o atraso na nomeação de reitores.

“O governo tem feito manifestações de caráter político-ideológico na área da educação, mas a nomeação dos reitores tem que passar ao largo disso. A vontade da comunidade acadêmica deve ser respeitada”, afirma.

A votação para a escolha do novo reitor da UFRB foi feita pelo Conselho Universitário no dia 27 de fevereiro. A vice-reitora e atual reitora em exercício Georgina Gonçalves foi a mais votada para comandar a universidade no período entre 2019 e 2023.

A eleição, contudo, foi contestada pelo professor José Fernandes de Melo Filho, que ficou em quarto lugar e ficou fora da lista tríplice.

O professor alega que o conselho universitário descumpriu prazos na eleição e questiona o formato da escolha da lista, já que ele ficou em segundo lugar na consulta informal junto à comunidade universitária.

Depois dos questionamentos, o Conselho Universitário obteve, em abril, parecer favorável da comissão jurídica no Ministério da Educação, que não viu irregularidades na eleição da UFRB. O Ministério Público Federal também recomendou a nomeação do reitor.

Uma liminar movida por Fernandes para barrar a nomeação do novo reitor foi negada pela Justiça Federal da Bahia no início deste mês. Também foram negados embargos de declaração movidos pela defesa de Fernandes.

Criada em julho de 2006, UFRB é a segunda maior universidade federal da Bahia com cerca de 12 mil alunos, 800 professores e 700 servidores. Possui campi nas cidades de Cruz das Almas, Amargosa, Cachoeira, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus.

Procurado pela reportagem, o MEC não respondeu até a publicação deste texto

topo 

CARTA CAPITAL - SP - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

O governo anunciou quais ministérios sofrerão corte de 1,44 bilhão. MEC é o que acumula o maior corte orçamentário em 2019

O governo anunciou na terça-feira 30 quais ministérios serão impactados pelo novo corte orçamentário de 1,44 bilhão anunciado no dia 22 de julho. Em primeiro lugar aparece a pasta de Cidadania, que terá R\$ 619.166.109 bloqueados. Depois, a Educação (R\$ 348.471.498 reais) e Economia (R\$ 282.574.402). A distribuição dos cortes consta de decreto publicado em edição extraordinária do Diário Oficial da União na noite de terça-feira.

Até o momento, o MEC foi o que mais sofreu cortes, um total de R\$ 6.182.850.753, se somados todos os bloqueios feitos pelo governo em 2019. A Defesa é o segundo ministério mais prejudicado, com R\$ 5.833.149.241. Economia vem em terceiro, com R\$ 4.409.498.816.

A pasta da Educação já tinha sofrido um contingenciamento de R\$ 5,8 milhões em seu orçamento, que atinge a educação básica, as universidades e institutos federais.

O novo corte é visto com preocupação por especialistas de educação, como o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara. Ele entende que a nova baixa orçamentária esvazia as obrigações da União com o direito à educação.

Também reagiu criticamente ao novo corte o deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ). Para ele, os cortes nas pastas evidenciam que o governo “não gosta de pobre”.

Além de Cidadania e Educação, foram impactados os seguintes ministérios: em terceiro lugar Economia, com 282,6 milhões de reais retidos; em quarto, o Ministério do Turismo, com 100 milhões de reais bloqueados. Foram afetados ainda os ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (corte de 59,8 milhões de reais); da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (54,7 milhões de reais); das Relações Exteriores (32,9 milhões de reais) e do Meio Ambiente (10,2 milhões de reais).

Quando o presidente Jair Bolsonaro anunciou o novo corte orçamentário, chamou o valor de “merreca”. “Queremos evitar que o governo pare, dado que o nosso Orçamento é completamente comprometido. Deve ter um novo corte agora. O que deve acontecer é um novo corte de 2,5 bilhões. Uma merreca. Concorda que é uma merreca perto de um orçamento trilionário nosso? É pouca coisa”, afirmou à imprensa.

topo ↕

HUFFPOST NEWS - TEMPO REAL

Aos críticos do projeto para o ensino superior, secretário do MEC diz: Faça uma proposta alternativa'

Future-se tem causado polêmica e discussões no meio acadêmico.

O programa por meio do qual o governo pretende atrair investimentos privados para as universidades federais, o Future-se, tem causado polêmica e discussões no meio acadêmico. Está envolto em críticas, que vão desde a intenção do Ministério da Educação em privatizar as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), passando pela alteração na contratação dos professores, a temor de censura dos cursos e disciplinas ofertados.

Em entrevista exclusiva ao HuffPost o Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, Arnaldo Barbosa de Lima Junior, negou que o projeto se destine a qualquer dessas alterações.

Um dos pais da proposta, o secretário fez questão de defender o texto das acusações de que ele fere a “autonomia” as Ifes. E avisou aos que não estão satisfeitos: “Se essa é uma crítica, faça uma proposta alternativa. A gente não está num momento de ser contra ou a favor. Mais importante é estudar, trazer sugestões. Não basta dizer que está ruim. A gente colocou uma proposta na mesa. Quem critica, tem que colocar uma proposta diferente. Não basta dizer que a gente não está alcançando um objetivo que hoje não existe”.

Na conversa de 35 minutos exatos, explicou a gestão por meio das Organizações Sociais prevista no Future-se, o formato dos investimentos que o projeto prevê atrair da iniciativa privada, o Fundo Soberano criado e demais pontos, tudo em detalhes.

“O Future-se foi criado porque a gente acredita no potencial das nossas instituições, e porque a gente acredita que tem todas as condições para ser um País desenvolvido. Mas

para isso, o grande pilar é uma educação de qualidade. Existem grandes projetos, só que hoje são fragmentados, e às vezes não tem a visibilidade devida.”

Lima Junior assumiu a Sesu na esteira da nomeação do ministro Abraham Weintraub, em abril deste ano, mesmo sem nenhuma passagem pela academia antes. Mas seu nome agradou ao mercado financeiro.

Em seu currículo constam passagens por cargos como de secretário-adjunto de Política Econômica e Coordenador-Geral de Políticas Sociais do Ministério da Fazenda; diretor de Assuntos Fiscais do Ministério do Planejamento; além de já ter atuado como diretor de Seguridade da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe). É formado em Economia Internacional e Comércio Exterior e tem especialização em Ciências Sociais.

Antes de assumir a vaga no MEC, ele participou da reformulação do Fies, programa de financiamento estudantil do governo federal, que vinha com altas taxas de inadimplência.

Leia a íntegra da entrevista.

HuffPost Brasil: Gostaria de explorar com o senhor um pouco de cada um dos pilares do Future-se. Em termos de gestão, governança e empreendedorismo, qual a proposta do governo?

Arnaldo Barbosa de Lima Junior: Os três eixos têm uma intercessão entre si e têm metas de resultados que serão discutidas com os reitores após a aprovação do projeto, os indicadores de resultado. O objetivo é, primeiro, que a gente incremente os projetos já desenvolvidos nas instituições. Transforme a cultura das universidades e institutos e, de certa forma, consiga exportar as ideias. A gente tem uma indústria de conhecimento muito forte.

O programa ele é princípio, tem várias diretrizes. Lógico que estamos trabalhando em indicadores de resultado. A forma como cada universidade e instituto vai fazer será bastante flexível. Tem, por exemplo, várias empresas júnior, várias startups nesse eixo que precisam ser potencializadas. Queremos inclusive trabalhar com a associação de empresa júnior, o Brasil Junior. Eles têm um ranking, que estamos analisando, de quais são as universidades e institutos que têm mais empresas júnior e esse vai ser um dos indicadores que a gente vai querer premiar.

Dentro do eixo “gestão, governança e empreendedorismo”, tem também toda a questão de responsabilidade financeira, com gasto de pessoal. Aí as Organizações Sociais são transversais entre os três eixos e é uma forma flexível das universidades e institutos federais alcançarem os objetivos que a gente vai estabelecer com os indicadores de resultado.

Trabalhar com Organização Social não é um fim em si mesmo. O objetivo final é ter um desempenho melhor em cada desses três eixos, com indicadores que a gente está discutindo.

Antes de assumir a vaga no MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Junior participou da reformulação do Fies, programa de financiamento estudantil do governo federal, que

vinha com altas taxas de inadimplência.

E para pesquisa e inovação, qual a proposta?

Pesquisa e inovação é a mesma questão. A qualidade das publicações e pesquisas científicas que estão sendo produzidas, qual o impacto delas em alguns periódicos e em alguns rankings também. E, acima de tudo, premiar aqueles professores que publiquem um periódico de alto reconhecimento internacional. Também, a quantidade de exploração de patentes. A gente quer registrar mais patentes das universidades. Isso é permitir que a gente tenha um ambiente mais saudável e que traga mais riqueza para os institutos federais e para o próprio Ensino Superior.

E a internacionalização? É apenas sobre trazer professores de outros países, como o ministro mencionou?

É um caminho de via dupla, né? Esse é um dos gargalos do País. Tem poucos estrangeiros no País e poucos brasileiros no exterior no mundo acadêmico. A gente quer permitir um fluxo contínuo, tanto de estudantes, quanto de professores. Permitir duplos reconhecimentos de diploma, fazer pós-graduação sanduíche, utilizar das plataformas tecnológicas, e sim, claro, trazer professores nomeados, reconhecidos internacionalmente, para que a gente possa aprender com eles e também os nossos poderem ir lá para fora em algum momento.

Queremos também focar essa ação de internacionalização no CNPJ das instituições. Hoje tem várias ações, mas muito isoladas. O que a gente quer é que isso seja bastante institucionalizado dentro das instituições, e que isso faça com que a gente alcance maior desempenho em rankings internacionais. Sejam os que medem qualidade das universidades ou rankings da publicação científica.

Quando o senhor fala dos três eixos parece haver problemas graves nesses pontos na Educação Superior. Foi esse o motivo da criação do Future-se? Quais são, afinal, os problemas? O que está errado?

O Future-se foi criado porque a gente acredita no potencial das nossas instituições, e porque a gente acredita que tem todas as condições para ser um País desenvolvido. Mas para isso, o grande pilar é uma educação de qualidade. Existem grandes projetos, só que hoje são fragmentados, e às vezes não tem a visibilidade devida.

O que a gente quer? Que pessoas que acreditem na qualidade da educação e no potencial dos nosso professores e alunos invistam e possam ter um retorno financeiro, e da mesma forma a gente possa trazer também investidores estrangeiros para potencializar essas várias ações já existentes.

E acima de tudo, queremos criar um ambiente favorável para que a gente possa sempre gerar inovação, para que a gente possa criar mais startups, sociedade de propostas específica, exploração de patentes.

Isso, por ser um bem público, a educação recebe subsídios da sociedade. Tudo o que a gente quer é avaliar o retorno que a educação está tendo e potencializar essas ações para que o país como um todo, ao se desenvolver, ao ter mais geração de emprego, de renda,

isso volte para a sociedade como um todo.

Quando o senhor fala de avaliar o retorno, fala sempre em números, sejam de patentes, de startups ou de professores. A avaliação da qualidade da educação para o MEC é apenas uma questão numérica?

Não, pelo contrário. Baseado no artigo 214 da Constituição, a formação para o mercado de trabalho é um preceito constitucional. Então, a razão de ser de uma universidade, por definição, é uma parceria público-privada. Ela precisa ter uma grade curricular, ofertar um curso que vai gerar um emprego para um aluno no setor privado. Existem vários indicadores que a gente quer olhar para mensurar o resultado.

Hoje a educação como um todo é mensurada em indicadores de processo. Então, o que a gente quer é indicadores finalísticos. Os meios para alcançar esses objetivos podem variar. Mas o que a gente quer é sim premiar os bons resultados, baseados em indicadores de resultados.

Hoje faltam resultados para apresentar, então?

Sim. Por exemplo, a taxa de evasão é um indicador de resultado, e é muito elevada. É mais de 50% nas universidades. Reduzir essa taxa de evasão, se as universidades que conseguirem ter mais aderência, estimular mais os alunos, fazer com que as aulas sejam cada vez mais interessantes, a gente vai premiar essas universidades. Da mesma forma, olhando a empregabilidade. São dois parâmetros que a gente está estudando e que a gente quer sim perseguir. Porque acho que é isso que a sociedade espera.

Em termos de governança, como seria essa gestão com as OSs? O senhor pode dar exemplos de como funcionaria?

Primeiro que o papel das Organizações Sociais não é para substituir o papel das Ifes. É para apoiar e facilitar a vida, dando mais flexibilidade, transparência, para que elas possam alcançar os objetivos discutidos nos três eixos.

As Organizações Sociais são entidades sem fins lucrativos e têm muita facilidade em relação à questão de contratações. Hoje essa relação já acontece. E tem Organizações Sociais que também são instituições de ensino. Por exemplo o Impa (Instituto de Matemática Pura e Aplicada), que é uma instituição de muito reconhecimento internacional. É a única que tem prêmio Nobel, por exemplo.

A Embrapi (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) também trabalha na captação de parcerias com o setor privado, tem polos de inovação em nove institutos e seis universidades. É uma Organização Social com supervisão do MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) que busca essas parcerias. E também tem apoio das próprias fundações que apoiam as próprias universidades.

Então elas trabalham de várias formas. O que a gente quer é fazer com que a universidade foque onde ela tem vantagem comparativa, que são nas pesquisas, ensino e extensão. Ao invés de ficar gastando a maior parte do seu tempo com atividades operacionais. Seja em manutenção de imóveis, limpeza, energia elétrica, vigilância, terceirização.

Assim como foi feito na Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), ela cuida da gestão dos hospitais universitários, mas de forma alguma tirou a autonomia das instituições de ensino. Pelo contrário, conseguiram focar mais em ensino, pesquisa, porque a parte da gestão está sendo administrada pela própria Ebserh.

Como serão definidos os membros das OSs que participarão da administração das Ifes? Como eles serão incorporados à estrutura administrativa das universidades? Nada disso está explícito no projeto de lei.

Hoje já existe uma lei que trata da qualificação das Organizações Sociais. Então a escolha, seja na diretoria executiva do conselho deliberativo está dentro do estatuto de cada organização social, e isso o MEC em nenhum momento está querendo impor regras a uma organização ou outra específica.

O que a gente vai fortalecer é a governança e transparência, código de conduta, integridade das Organizações Sociais, como regras gerais. O que a gente vai trabalhar é com um contrato de gestão, como é hoje. Então, a partir de um contrato de gestão, de metas de resultado, a gente vai trabalhar em conjunto com as universidades para alcançar os melhores objetivos que a gente visa alcançar com o Future-se.

Vão ser contratos individuais para cada universidade, então? Para cada uma com a organização social vinculada?

Isso ainda estamos discutindo. Podem ser das duas formas. Pode ser um grande contrato de gestão no guarda-chuva do MEC com Organizações Sociais. Isso de nenhuma forma afasta a possibilidade das instituições fazerem seus próprios contratos de gestões com as OSs. O contrato com as Organizações Sociais não é um fim em si mesmo. O objetivo é ter uma sustentabilidade financeira intertemporal, não ser tão dependente do orçamento, buscar novas formas alternativas de receita, ter um controle de qualidade sob o serviço prestado por meio de vários indicadores.

Em nenhum momento as Organizações Sociais vão usurpar a autonomia didática e pedagógica das universidades. Até porque isso é um preceito constitucional e a gente só está propondo alterar a lei.

Uma das principais críticas sobre o programa é sobre o compartilhamento da administração, que segundo educadores, fere a autonomia administrativa, financeira e de gestão das Ifes. O que o ministério tem a dizer sobre isso?

Primeiro que há vários reitores e especialistas, então existem opiniões diferentes. Não há unanimidade sobre esse tema. O programa visa fortalecer a autonomia financeira das universidades e institutos. Primeiro porque essa receita hoje não vai para as universidades e institutos. Ela vai para o caixa único do Tesouro. Então a gente criou um fundo de autonomia financeira que as receitas próprias dessas instituições possam ir diretamente para elas, para que elas possam aplicar onde elas acharem melhor. Então, pelo contrário, você fortalece a autonomia existente hoje.

A gente se inspirou muito no modelo da USP e da Unicamp. Você vai ter um orçamento dado, que a gente não está substituindo, está garantindo um orçamento público hoje,

essas receitas próprias serão adicionais, e as escolhas de todo o projeto pedagógico, científico, será feito pela própria universidade. A questão das Organizações Sociais, lá atrás também houve essa crítica sobre a Ebserh e essas críticas – eu me pauto em críticas de longo prazo, e não por insegurança e apenas medo das mudanças, até porque o status-quo não é nada positivo em relação ao nosso potencial.

A gente tem muito o que ganhar, muito o que acreditar, muito o que exportar de boas ideias. Essas críticas que foram feitas lá atrás à Ebserh, na prática hoje todo mundo aderiu a ela, com exceção da UFRJ. As Organizações Sociais, assim como as fundações, podem ajudar nesse processo.

Eu não vejo nenhum sentido jurídico da crítica de que a gente está ferindo a autonomia. Acho que isso mostra que as pessoas que estão criticando ainda não leram o projeto e eu gostaria muito que eles se envolvessem e fizessem a consulta pública para sugerir os aperfeiçoamentos. A gente não está num momento de ser contra ou a favor. Mais importante é estudar, trazer sugestões, inclusive, se essa é uma crítica, de que está ferindo a autonomia, faça uma proposta alternativa. Não basta dizer que está ruim. Se o objetivo comum é de fortalecer a autonomia financeira e administrativa das instituições, a gente colocou uma proposta na mesa. Quem critica, tem que colocar uma proposta diferente. Não basta dizer que a gente não está alcançando um objetivo que hoje não existe.

Essa autonomia hoje não existe. As instituições são muito dependentes do orçamento. A gente não está tirando elas de forma alguma da responsabilidade do custeio público, dado que é um bem público. A gente está buscando receitas de longo prazo, que possam dar mais previsibilidade para os reitores, e estamos inspirados especialmente nas boas práticas, no Brasil e no exterior. Então hoje as universidades públicas que são top 50 no mundo, a maior parte delas não passa de 40% de orçamento público. Grande parte isso vem da iniciativa privada de parcerias que são feitas, que já existem hoje. O que a gente está fazendo é potencializando.

Como foi feita a elaboração do Future-se? Há reclamações dos reitores não terem sido consultados ou convocados para discutir o Future-se. Por que não foram chamados ao debate?

A gente fez um grande convite para a consulta pública para todos os especialistas e reitores. Todos aqueles que acreditam na educação, podem sugerir propostas de aperfeiçoamento. Para mim é antagônico dizer que não foi consultado quando tem uma consulta pública em aberto e que, inclusive, eu estendi [até 15 de agosto no site do MEC], a pedido dos reitores, por mais uma semana, para que a gente fizesse um debate qualificado.

O fato de a gente ter feito a proposta não quer dizer que não estejamos abertos a novos aperfeiçoamentos. Desde que cheguei [no MEC], liguei para todos os reitores, tenho recebido diariamente, e eu trabalhei sobre cada universidade discutimos pontos, e dificuldades e barreiras. A partir dessas conversas individuais, a gente foi pensando em como reduzir essas barreiras, aumentar a segurança jurídica, para que a gente possa potencializar as nossas universidades. As universidades são um patrimônio da sociedade brasileira, mas a grande autonomia que se pode discutir é prestar contas à sociedade brasileira. Não existe autonomia sem prestar contas. Então a gente tem que mostrar o

retorno dos grandes investimentos que sociedade brasileira faz na educação.

Ainda sobre a questão da autonomia, submeter as universidades a uma auditoria externa não fere a autonomia, garantida por lei?

Autonomia significa prestar contas à sociedade do que ela paga. E a auditoria externa é um meio para dar transparência e simplesmente não estar somente dependente de um julgamento de um ministério, mas de um agente externo que simplesmente já faz isso em muitas organizações, em muitas empresas, e parte das instituições públicas. É mais uma ação para prestar contas para a sociedade. A universidade não é gratuita. Alguém paga por ela e infelizmente quem paga são os mais pobres que pagam impostos indiretos. Para receber um subsídio da sociedade tem que prestar contas de várias maneiras. Autonomia não significa fazer o que quiser, quando quiser.

Qual é a exata proposta de atração de investimentos privados para as universidades?

Hoje os reitores acabam gastando muito tempo com atividades cotidianas. A partir do momento que nós os livramos das atividades operacionais, eles vão poder focar nos projetos que eles vêm potencial. A gente vai conversar com vários investidores, vai se valer também de OSs para esse tipo de parcerias e também vamos pensar em fazer viagens internacionais para mostrar os projetos que são desenvolvidos aqui, para que isso possa gerar no futuro, não só receita para os alunos, para os professores, mas para o mundo acadêmico como um todo. Porque hoje é feito em cima só de parcerias locais. Então, acho que temos um grande potencial de atrair investidores estrangeiros e tenho certeza que todo mundo será beneficiado com mais capital vindo para o Brasil.

Qual a proposta de fundo soberano para gerir o patrimônio imobiliário das universidades?

Uma questão é o fundo de mais de R\$ 100 bilhões. As startups, os departamentos, OSs, poderão acessar esses recursos, sejam eles financeiros, créditos ou outra natureza. Para as universidades como um todo.

A outra questão são os fundos de autonomia financeira das universidades. Na hora que você faz uma doação, ao invés de imprimir uma GRU (Guia de Recolhimento de União), esse recurso pode ir diretamente para aquela universidade com um CNPJ próprio no fundo dela. Então, ela vai potencializar as receitas e isso já vai gerar retorno de curtíssimo prazo. Basta ela potencializar as ações que alavanque as receitas.

O terceiro ponto, que é o Fundo Soberano, que visa o conhecimento. Busca um resultado de mais longo prazo, mas mais estruturado. Esse fundo é especialmente mais atrativo tanto para pessoa física ou jurídica no Brasil, porque ao invés de comprar um título público, o investidor vai fazer uma aposta nos projetos a serem desenvolvidos pelas universidades. Quanto maior transparência, quanto melhor for a comunicação de tudo o que está sendo feito nas universidades, tanto a sociedade agradece como pagadora de imposto, como os novos investidores vão surgir. E especialmente no que diz respeito aos investidores estrangeiros, vai ser um instrumento financeiro mais fácil de fazer uma captação externa. A partir de um instrumento financeiro negociado em bolsa.

Como vai começar esse fundo? A gente vai ter uma destinação de R\$ 50 bilhões de patrimônio da União. Logicamente isso não é feito de uma vez só. Primeiro isso passa por um estudo de viabilidade econômica, a gente busca parceiros. Por exemplo, a gente está olhando, inclusive já recebemos vários investidores, até estrangeiros de mais de 20 países, querendo investir em residência para alunos perto da universidade. Isso pode dar um retorno de curtíssimo prazo para as universidades como forma de aluguel, o que pode ter um retorno naqueles que têm condição de pagar.

Esse mapeamento em termos de quantidade e de qual modelo adotado para cada área depende de uma conversa que a gente tem, e de uma relação contínua que estamos desenvolvendo com o Ministério da Economia e expertise dos investidores locais sobre as várias possibilidades. Vai desde a construção de um shopping, da melhor administração de um prédio, de um terreno de um apartamento. Isso é uma gama de vários imóveis. A União tem mais de R\$ 1 tri. Diria que generosamente o Ministério da Economia, ao acreditar no projeto, está doando incondicionalmente esses imóveis, para que o retorno deles seja investido na educação.

O senhor falou que as universidades federais são praticamente bancadas pela União. A partir do Future-se elas ficarão encarregadas de levantar um percentual do próprio custeio?

Não há nenhuma ruptura. Algo que diga: a partir de amanhã você não tem nenhum incentivo orçamentário. A gente está trabalhando é para que as receitas sejam adicionais ao orçamento e, a partir disso, fortaleça a autonomia delas. É o modelo que a USP e a Unicamp fizeram. E é uma das grandes razões que fazem com que essas universidades estaduais estejam muito à frente das federais. Na prática a gente vai ajudá-las a partir dos próprios contratos de ação que a gente venha a elaborar com as Organizações Sociais para que elas possam captar mais recursos. Mas elas também podem, por si só, por suas ações próprias, desenvolverem atividades que gerem receitas para elas. Por isso que a gente criou também o Fundo de autonomia financeira. Não é só o fundo soberano.

Muitos professores temem desmonte da universidade pública por meio do Future-se. Seja pela gestão das OSs ou por mudanças que chegaram a ser ventiladas na contratação de professores. Qual a avaliação do senhor sobre essas críticas?

As Organizações Sociais trabalharão em apoio às universidades. Não há substituição de atribuições, é em apoio em todos os três eixos. A polêmica surgiu porque estávamos querendo falar que podemos sim contratar professores, no caso, professores estrangeiros, para quando eles vierem ao Brasil, poderem dar aulas, inclusive durante as férias, e possam ser contratados e que isso possa ter um sistema de creditação facilitado. Mas não tem nenhum objetivo nesse momento de substituir professores no regime jurídico único por professores celetistas.

Nesse momento?

Sim. Porque acho que o protagonismo e as decisões das universidades são elas que têm que fazer. Se elas acharem que podem e devem fazer, é uma opção delas. Por exemplo o Impa, se tornou uma organização social e preferiu a contratação por meio de contratos celetistas. O objetivo não é contratar professor celetista ou RJU. É ter o melhor ensino e

a melhor qualidade para os alunos. E isso o Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) faz muito bem, melhor inclusive que muitas universidades.

Existe a intenção de privatização das universidades em algum horizonte?

Na hora que deixamos bem claro que não estamos cobrando mensalidade de aluno, não estamos mudando o modelo jurídico das universidades, a gente desconhece esse termo, ainda que privatização para mim seja um termo muito positivo. A gente tem os nossos celulares aqui graças à privatização. Então não vejo como um termo negativo. Mas acho que é um termo muito sintético que tenta reduzir o programa a algo com aspecto político e o que a gente quer são universidades mais fortes, mais empreendedoras, mais inovadoras, e que nossos alunos sejam beneficiários dessa educação de qualidade que a gente busca.

Há ainda o temor de que as ciências humanas sofram algum cerceamento nas pesquisas e em investimentos em detrimento de outras áreas da academia. Qual a resposta do MEC a esse respeito?

Eu sou de humanas. Sou economista e sou de Ciências Sociais. Não há nenhum preconceito com a área de humanas. Pelo contrário. O projeto garante, até pelo artigo 207, a autonomia pedagógica das universidades e institutos federais. As humanas têm um potencial, por exemplo, nos EUA o impacto das humanas e das exatas são muito parecidos, e no Brasil existe uma diferença. A gente quer melhorar sim o impacto, investir em áreas onde tem um impacto maior. Sejam humanas ou exatas, independente.

Sou economista e sou de Ciências Sociais. Não há nenhum preconceito com a área de humanas.

Em termos de comparação internacional, existe um núcleo de pesquisas que são chamados STEM, Science Technology Engineering and Mathematics. No Brasil são por volta de 18% essas disciplinas. E no mundo, olhando um relatório da OCDE, é mais de 25%. São áreas que têm tido um retorno econômico bastante expressivo.

Em nenhum momento estamos falando para uma universidade o que ela deve ofertar ou não. Cabe a ela olhar o mercado de trabalho, seu potencial e gerar cada vez mais taxas de evasões menores para os nossos alunos.

De novo: o objetivo não é financeiro. É uma política educacional. O retorno econômico e social de cada curso é diferente. O impacto no mercado também é diferente. E a gente em nenhum momento está fazendo qualquer cerceamento ou direcionamento. Mas logicamente que as universidades precisam avaliar quantos alunos estão se formando, onde estão se empregando, qual a demanda local de mercado de trabalho, qual o arranjo produtivo local, qual a vocação da área. Eu acho que isso é o que a universidade deve fazer e não o MEC. O MEC vai estar sempre como promotor das boas ações.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Weintraub posta foto em classe econômica de avião: “Cadê a pompa?”

O ministro da Educação afirmou que foi a trabalho para São Paulo, mas continua "sendo um pagador de impostos"

Abraham Weintraub, divulgou nas redes sociais, nesta quarta-feira (31/07/2019), uma imagem onde aparece no interior de um avião comercial. Na legenda, ele informou que deixou o Distrito Federal em direção a São Paulo para trabalhar, mas fez questão de ressaltar que não usou aeronaves do governo.

“Cadê a liturgia e a pompa dos ministros do MEC?”, questionou Weintraub, em tom de ironia. Na sequência, o ministro disse que esse tipo de comportamento “está no passado”. “Felizmente, no passado! Continuo sendo um pagador de impostos!”, afirmou.

Cheguei em SP a trabalho (família em Brasília), volto amanhã ao DF. “Cadê a liturgia e a pompa dos ministros do MEC?” Está no passado! Felizmente, no passado! Continuo sendo um pagador de impostos! pic.twitter.com/emEF7hW8to

Balança, mas não cai

Essa não é a primeira vez que o titular da Educação brinca com fotos pessoais na internet. Na semana passada, de férias, Weintraub protagonizou outro episódio engraçado. Ele publicou uma imagem na qual aparecia deitado em uma rede, fazendo o popular sinal de “joia”, e piscando o olho direito. “Ministro da Educação balança, mas não cai”, disse na legenda.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

**Governo federal vai lançar “Mais Médicos” reformulado nesta quinta
Batizado de Médicos pelo Brasil, programa poderá trazer de volta profissionais cubanos que atendiam no país durante os governos do PT**

Está marcada para às 11h desta quinta-feira (31/07/2019) a cerimônia de lançamento do novo “Mais Médicos”, no Palácio do Planalto. Batizado de Médicos pelo Brasil, o programa poderá trazer de volta aos hospitais do interior do Brasil os profissionais cubanos que foram expulsos no início do governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL).

Durante fala no início da noite, o porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros, afirmou que a situação dos médicos cubanos será analisada de forma individual para que eles tenham o direito a exercer a atividade profissional. Ainda de acordo com ele, os médicos atuarão “no que a gente chama de Brasil profundo”. “Os médicos serão escolhidos por mérito com possibilidade de contratação via CLT”, completou.

Questionado como o atual governo fará para levar médicos brasileiros ao interior do país, considerando que nas outras tentativas muitos não quiseram trabalhar em cidades pequenas, o porta-voz disse que o Planalto ainda estuda atitudes a serem adotadas e não deu exemplos práticos.

“Os ministérios da Saúde e Educação trabalharam nesse processo para reativar, melhor falando, para aumentar a capacidade de cooptação desses médicos para colocá-los nos pontos mais distantes desses rincões desse país. Eles estudaram alguns aspectos que vão favorecer a chamada, a seleção desses novos médicos. Nós estamos bastante esperançosos que isso possa suplantar as dificuldades que nós tínhamos no passado”, completou Rêgo Barros.

topo ↕

UEMS - NOTÍCIAS

Em evento de Residência Pedagógica, professor da UEMS palestra sobre memes

Uma parceria da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) com a Escola Estadual Hércules Maymone, em Campo Grande, no Programa da Residência Pedagógica, finalizou o Projeto de Leitura, Interpretação e Produção de MEMES: "A língua dos MEMES", nesta quarta-feira (31), com uma palestra sobre a linguagem dos MEMES, ministrada pelo professor Dr. Nataniel dos Santos Gomes.

O evento de encerramento teve uma exposição para toda a comunidade escolar preparada pelos alunos dos 1º anos do Ensino Médio, turno matutino, com a contribuição de produção textos: MEMES.

A parceria da UEMS com a escola estadual, no Programa da Residência Pedagógica, vem oportunizar a realização de trabalhos escolares enriquecedores para a Educação Pública.

A criação do projeto foi inspirada e pensada, durante aulas de Língua Portuguesa, com a professora Antônia Lemes, e o residente Thales Vieira, acadêmico do curso de Letras/Inglês da UEMS, onde se trabalhava, naquele momento, a interpretação de textos com gêneros variados com linguagem verbal e não verbal: charges, HQs, etc. "O acadêmico sugeriu a ideia e a professora 'abraçou', e assim desenvolveram todo o processo que contempla o Projeto Político Pedagógico (P. P. P.) e parcerias com: coordenação pedagógica, Profa. Márcia Volpe; gestores e administrativos", disse o docente Nataniel Gomes.

O Programa da Residência Pedagógica/UEMS oferece o conhecimento atualizado, dinâmico e a vontade de experimentar. Já a escola pública oferece a vontade de apreender e somar, "com isso a fusão dessas linguagens produz novos conhecimentos e experimentos para a Língua Portuguesa. O ganho é mútuo para a Educação brasileira que se encontra carente de incentivos. O sucesso desse projeto só foi possível de acontecer, porque há o espírito da presença de equipe de ambos lados", destacou o professor da UEMS.

topo 

VERMELHO - TEMPO REAL

Bolsonaro anuncia novo corte no MEC e afunda ainda mais a Educação

Os ministérios da Cidadania, da Educação e da Economia serão as pastas mais afetadas pelo bloqueio de verbas de R\$ 1,443 bilhão anunciado pelo governo na semana passada. O decreto com a distribuição dos cortes, editado pelo presidente Jair Bolsonaro, foi publicado na noite desta terça-feira (30/07) em edição extraordinária do Diário Oficial da União.

Em nova onda de cortes, a "tesoura" do ministro Paulo Guedes (Economia) bloqueou R\$ 348 milhões do Ministério da Educação. Em nova onda de cortes, a "tesoura" do ministro Paulo Guedes (Economia) bloqueou R\$ 348 milhões do Ministério da Educação.

A pasta mais afetada foi a da Cidadania, que perderá R\$ 619,2 milhões. O segundo maior corte ficou com o Ministério da Educação (MEC), que terá R\$ 348 milhões bloqueados. Em terceiro lugar ficou o Ministério da Economia, com R\$ 282,6 milhões retidos.

Em quarto lugar na lista, o Ministério do Turismo teve R\$ 100 milhões bloqueados.

Foram afetados ainda os ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (R\$ 59,8 milhões); da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (R\$ 54,7 milhões); das Relações Exteriores (R\$ 32,9 milhões) e do Meio Ambiente (R\$ 10,2 milhões).

Em meio à piora nos indicadores econômicos e a redução das projeções de arrecadação federal, o governo já tinha realizado em março um bloqueio orçamentário de quase R\$ 30 bilhões. Em maio, uma onda de protestos foi provocada pela redução de recursos no setor de Educação. Naquele mesmo mês, o governo anunciou o desbloqueio de parte da verba do MEC. Agora, voltou a fazer um corte na Educação.

No total, os cortes acumulados na pasta ultrapassam R\$ 6 bilhões, valor correspondente a quase 25% do orçamento anual, representando o maior corte entre os ministérios. O decreto distribuiu o contingenciamento adicional de R\$ 443 bilhão anunciado na semana passada pelo secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. Originalmente, o governo teria de bloquear R\$ 2,252 bilhões, mas a equipe econômica usou R\$ 809 milhões que restavam de uma reserva de emergência constituída em março para diminuir o valor contingenciado.

Com o contingenciamento, o governo visa cumprir a meta de déficit primário (resultado negativo, desconsiderando os juros da dívida pública) de até R\$ 139 bilhões, estabelecida para este ano. Há três semanas, a equipe econômica diminuiu de 1,6% para 0,8% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano.

[topo](#)

VOZ DA BAHIA - TEMPO REAL

UFRB fica sem reitor após MEC não efetivar nomeação

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) está sem reitor desde a quarta-feira (31), após o Ministério da Educação (MEC) não efetivar a nomeação dos eleitos para o reitorado da instituição.

Por conta disso, o Conselho Universitário (Consuni) da UFRB aprovou, por unanimidade, o envio de uma moção de preocupação ao MEC, a fim de que seja feita a imediata nomeação e posse da lista tríplice.

A reitora eleita foi a professora Georgina Gonçalves dos Santos, no entanto, uma ação na Justiça tentou barrar a nomeação. A urgência para apreciar o processo foi negada pela 16ª Vara Federal da Bahia no último dia 16.

A votação do Consuni aconteceu no último dia 27 de fevereiro. A professora Georgina Gonçalves foi a mais votada com 17 votos, Tatiana Velloso obteve 5 votos; e Fábio Josué dos Santos, 3 votos. O professor José Fernandes de Melo Filho, autor da ação que tentava impedir a nomeação, foi o quarto colocado com apenas um voto.

Na mesma sessão do Conselho Universitário votou-se também as candidaturas a vice-reitor. Pela ordem os mais votados foram José Pereira Mascarenhas (18 votos), Renê Medeiros de Souza (6 votos) e Josival Santos Souza (2 votos).

No entendimento do Consuni, “encontram-se presentes nos atos do processo sucessório, todas as condições de regularidade e legalidade, na formação da lista tríplice”. “Os conselheiros reavaliaram como infundados, o retrospecto das tentativas contrárias ao ato de nomeação e posse dos nomes apresentados ao MEC”, diz nota da UFRB.

Ainda segundo comunicado da universidade, as instâncias de controle e fiscalização acionadas até aqui, como Advocacia-Geral da União, Ministério Público Federal e Seção Judiciária do Estado da Bahia – 16ª Vara Federal Cível atestaram a lisura dos procedimentos adotados pela instituição na eleição e composição da lista tríplice.

INFOMONEY - TEMPO REAL

Transferwise vai parar na Justiça no Rio por problemas da fintech europeia LeoPay

Clientes brasileiros da empresa têm problemas com transferências de recursos para países da Europa; Transferwise diz que concluiu todas as operações, mas clientes das fintechs passaram dificuldades

SÃO PAULO - A TransferWise Brasil Correspondente Cambial Ltda. é ré em pelo menos um processo envolvendo transferências de recursos que não deram certo para o banco digital LeoPay.

O banco, com sede no Reino Unido, é ligado ao Satabank, baseado em Malta - sob intervenção das autoridades monetárias daquele país desde outubro do ano passado. Ele foi muito utilizado, enquanto em funcionamento normal, por brasileiros residentes na Europa. E acabou deixando dezenas de pessoas sem receber pagamentos importantes depois que parou de atender clientes por consequência dessa investigação.

O processo contra a Transferwise tramita na 2ª Vara Cível do Estado do Rio de Janeiro. A ação, com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC), foi movida no início deste ano, por meio da Defensoria Pública daquele Estado, pela estudante Lohanne Fernanda Gonçalves Ferreira.

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Lohanne mora na cidade La Rochelle, no sudoeste da França, desde novembro de 2018. Ela conta que utilizou os serviços da TransferWise, ainda no Brasil, para enviar para sua conta no LeoPay parte dos recursos de sua bolsa de estudos, obtida na **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, fundação do Ministério da Educação (MEC). Só que o dinheiro, R\$ 2,48 mil, equivalentes à época a 580 euros, nunca chegou a ficar disponível no destino.

Sem conseguir respostas do LeoPay, a estudante relata que buscou reaver o dinheiro junto à TransferWise, que, segundo ela, dizia ter concluído a transferência. A empresa dizia que a cliente deveria procurar o banco de destino. Ao contrário da fintech destinatária dos recursos, a empresa responsável pelo envio do dinheiro tem representação no Brasil. Sentindo-se lesada, a estudante foi buscar ajuda no judiciário.

De acordo com a defensora pública do Estado do Rio de Janeiro Rita Valéria Ferreira, que cuida do caso de Lohanne, o processo segue o trâmite natural e ainda não tem sentença. “Caso não haja conciliação, caminha para julgamento”, detalha a defensora, que diz que a ação indenizatória busca reaver os valores transferidos, aos quais a estudante não teve mais acesso.

Sem revelar o valor total solicitado, Rita Valéria diz que a ação pleiteia a reparação de todos os transtornos pelos quais passou a autora do processo, o que implica em dano material e moral.

Relação de Consumo

A defensora afirma que, em que pese a TransferWise ser uma correspondente cambial e instituição financeira, regulada pelo Banco Central, o caso se trata de uma relação de consumo. “Ela presta serviços e fica subordinada ao CDC”, frisa Rita Valéria.

“Estamos diante de um caso claro de relação de consumo”, reforça o advogado e professor de direito civil e do consumidor do curso CERS, Cristiano Sobral. Segundo ele, a responsabilidade da fornecedora é objetiva, independentemente da existência da culpa. “Chamamos esse caso de fato do serviço, cuja fundamentação está no artigo 14 do CDC”, destaca Sobral.

Em nota, a TransferWise diz que realizou todas as transações feitas pelos seus clientes para o LeoPay e que tem os comprovantes que certificam o êxito dessas transferências para o destinatário. A empresa também garante que, caso os fundos sejam retornados para a TransferWise, realizará imediatamente a devolução dos mesmos. (veja a íntegra da nota ao final da reportagem)

A reportagem do Infomoney pediu esclarecimentos sobre os casos para o LeoPay, por intermédio de vários de seus canais de atendimento, incluindo os de imprensa. A instituição, até o fechamento desta reportagem, não havia retornado a nenhum dos vários contatos feitos por e-mail e por telefone.

Sem chance

“Os usuários dos serviços do Leobank dificilmente serão agraciados com a devolução dos valores enviados através da TransferWise”, avisa a advogada tributarista e mestre em direito tributário Tiziane Machado.

Ela afirma que, depois que a Autoridade de Serviços Financeiros de Malta (MFSA – na sigla em inglês) congelou as contas do Satabank, que tem o mesmo cofundador do Leobank, clientes dessas instituições não poderão transferir seus recursos para fora da União Europeia.

Invista o seu dinheiro com segurança. Abra uma conta gratuita na XP.

A especialista em direito tributário afirma que a perda do dinheiro e a quebra da expectativa e confiança são situações passíveis de indenização por dano moral. “Cabe ao consumidor, na qualidade de usuário dos serviços da TransferWise buscar a Justiça para recompor seu patrimônio através do ajuizamento de indenização por dano moral.”

Lohanne diz que passou por um grande estresse com essa situação, justamente antes de embarcar para o curso no Exterior. O dinheiro que não ficou disponível representava quase metade do valor da bolsa de 1.300 euros que precisa pagar mensalmente com os recursos da **Capex**.

“Vir para fora do país, ter que alugar casa, se adaptar a vida de um outro lugar completamente diferente e com quase 50% de um mês de bolsa bloqueados, não foi tranquilo”, relata Lohanne. Segundo ela, já era muita ansiedade toda a mudança e “isso foi a cereja do bolo dos problemas todos”. Ela deixou seu pai como seu procurador no Brasil para tratar do processo contra a TransferWise.

Mais barato

A popularidade do LeoPay entre brasileiros residentes no exterior, ou que precisavam ter conta fora, se devia à facilidade de acesso e taxas competitivas. Também permitia a abertura de contas de residentes no País, que até mesmo recebiam cartões do LeoPay no Brasil. E a TransferWise, por sua vez, era a plataforma preferida para executar as transferências por também cobrar taxas menores do que a concorrência.

Mas, em 22 de outubro de 2018, após a intervenção no Satobank, o LeoPay anunciou o cancelamento das contas de residentes no Brasil (veja abaixo carta do Leopay). E as transferências de recursos feitas do Brasil, via TransferWise, para esse banco alguns dias antes desse anúncio até hoje não ficaram disponíveis, segundo relato de diversos clientes. Não há um número preciso, mas há grupos de descontentes no WhatsApp com mais de 50 integrantes.

Quem já tinha dinheiro disponível em conta teve os recursos congelados por alguns dias, mas conseguiu reaver o dinheiro pouco tempo depois. O LeoPay deu prazo de dois meses para quem quisesse permanecer no banco, comprovar residência em países em que a fintech operasse. Mas o paradeiro do dinheiro de quem fez transferência pouco antes do dia 22 de outubro do ano passado continua um mistério.

US\$ 2 bi em transferências

O Banco Central do Brasil (BC), por intermédio de sua assessoria de imprensa, afirma que recebeu seis reclamações sobre envio de dinheiro para a Europa, em meados de outubro de 2018, mencionando a TransferWise. Essas reclamações, segundo o BC, são encaminhadas às instituições financeiras, que respondem diretamente ao cliente com cópia para a autoridade monetária brasileira.

Com relação ao LeoPay, o BC explica que não tem competência para questionar ou impor sanções a instituições financeiras sediadas no Exterior. Se o contrato de câmbio estiver formalizado pela instituição financeira situada no Brasil, e se os recursos tiverem sido enviados ao destinatário correto, “não haveria possibilidade de adoção de sanções”, diz o BC.

O Banco Central também esclarece que a TransferWise não é instituição financeira autorizada a funcionar pelo BC. “A empresa TransferWise Brasil Correspondente Cambial Ltda atua como correspondente no País, contratada pelo MS Bank e pelo Banco Rendimento.” As transferências para o Exterior entre pessoas físicas do Brasil somaram US\$ 2,1 bilhões no ano passado, segundo o BC. No acumulado até maio deste ano, o BC registrou o montante de US\$ 871 milhões em transferências.

Dormindo de favor

Assim como o de Lohanne, outros casos, muito semelhantes, envolvendo estudantes de cursos na Europa, também aconteceram nesse período. A namorada do então bolsista da Capes na França Marco Túlio de Souza transferiu pela TransferWise R\$ 5 mil para a conta dele no LeoPay no dia 19 de outubro. Souza conta que, na época, estava na Espanha, fazendo pesquisa para o seu Doutorado em Comunicação, e precisava retornar à França.

O dinheiro dessa remessa nunca chegou até ele, que conta que teve seu cartão engolido pelo ATM, e teve dificuldades para retornar a sua base de estudos na França. Quando conseguiu pisar novamente em solo francês, diz que precisou dormir no chão da casa de

uma pessoa que mal conhecia, porque não tinha mais dinheiro.

Souza relata que a transferência de R\$ 5 mil representava 1.158,70 euros. “Esse dinheiro fez falta, porque tive de reduzir despesas, procurar distribuir os gastos de maneira a não comprometer ainda mais o orçamento”, lembra o estudante, que ficou na Europa de setembro a abril, entre França e Espanha.

Em cash

A recém-formada engenheira ambiental Erica Souza economizou durante cinco anos, trabalhando como técnica de planejamento na construção civil, para fazer um intercâmbio na Irlanda, para aprimorar seu inglês. Também acabou sem ver os R\$ 1 mil chegarem ao destino, transferidos via TransferWise para o LeoPay, em 18 de outubro de 2018. “Estava juntando dinheiro para o meu intercâmbio que começaria em maio”, lembra.

No dia 20 de outubro do ano passado, conta que recebeu comunicado do LeoPay de que o banco estaria encerrando as contas de brasileiros, mas com um prazo para movimentar os recursos. “Achei que daria tempo de a transferência ter sido efetivada, mas isso não aconteceu.” Ao buscar informação com a TransferWise, Erica diz que a empresa alegou que não podia fazer nada, pois já tinha feito a sua parte, e até enviaram para ela o comprovante da transferência concluída.

Os contatos com o LeoPay também não trouxeram resultados. Com receio de novo problema, Erica acabou optando por levar em espécie boa parte do dinheiro que ia precisar na Irlanda. “Fiz câmbio no aeroporto”, lembra a engenheira, a taxas bem maiores. Segundo ela, o valor transferido, que nunca conseguiu reaver, daria para cobrir duas semanas de aluguel ou um mês de supermercado no país estrangeiro.

Erica estuda na cidade de Carlow, no sudoeste da Irlanda, a cerca de 80 km de Dublin, capital do país. A previsão de retorno é para o final deste ano. “Quando voltar ao Brasil, vou ver se dá para mover ação contra a Transferwise”, afirma.

Posicionamento TransferWise

"A TransferWise realizou todas as transações feitas pelos nossos clientes para o LeoPay e temos os comprovantes que certificam o êxito dessas transferências para o destinatário. No entanto, a Autoridade Financeira de Malta congelou os fundos de um dos bancos parceiros que eles usavam para operar, o Satabank. O órgão regulador afirma ter iniciado um "retorno controlado" dos fundos do Satabank, e caso os fundos sejam retornados para a TransferWise realizaremos imediatamente a devolução dos mesmos."

Imagem de e-mail resposta LeoPay à cliente brasileira Erica Souza

Comunicado LeoPay sobre encerramento de conta

Dear Diego,

In accordance with an update of the LeoPay acceptance policy and in particular – the eligible countries, our services are not available in your country of residence. For this reason, your account has been terminated.

If you have passed the LeoPay verification process prior to our notification, you can use your card for a period of 2 months. You can also log in your account to view your balance. You can redeem your funds by following the instructions youve received by email. You need to provide us with a copy of ID Card/International Passport and an IBAN certificate issued in your name by a bank which is part of the SWIFT network.

Sincerely,
LeoPay team

topo 

MEIO NORTE - PI - ÚLTIMAS

Uerj lança Mestrado Profissional em História com 20 vagas para Uespi Estão sendo ofertadas, a nível nacional, 711 vagas.

O Conselho Gestor do Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional (ProfHistória), no exercício das suas atribuições, definidas pelo artigo nº 5 do Regimento Geral do ProfHistória, torna pública a realização do Exame Nacional de Acesso 2020. O exame será regido por este edital e executado pelo Departamento de Seleção Acadêmica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DSea/SR-1 /Uerj).

O ProfHistória, Programa de pós-graduação stricto sensu em Ensino de História, reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** do Ministério da Educação, visa à formação continuada do docente em História que atua na Educação Básica, propiciando qualificação certificada para o exercício da profissão.

O ProfHistória, que conduz ao título de Mestre em Ensino de História, é um curso presencial, com oferta simultânea nacional, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). As Instituições de Ensino Superior que integram a Rede Nacional do ProfHistória são denominadas instituições associadas e são responsáveis pela execução do curso.

Ao todo, estão sendo ofertadas, a nível nacional, 711 vagas. Na Uespi, são 20 vagas para ampla concorrência para o Campus de Parnaíba, conforme consta no anexo I do edital. As inscrições devem ser feitas de 15/08/2019 até 29/09/2019.

Confira mais informações.

topo 

PIAUI NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Prorrogadas inscrições em editais de estímulo à iniciação científica e inovação tecnológica

Foram prorrogadas, até as 16 horas desta quinta-feira, 1 de agosto, as inscrições em três editais de estímulo à iniciação científica e à inovação tecnológica no Instituto Federal do Piauí. A prorrogação foi confirmada pela Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPI).

Para concorrer à seleção, o pesquisador proponente deve ser professor efetivo do IFPI; possuir o título de doutor, ou perfil equivalente - RSC III (exigência do CNPq), emitido por programa de pós-graduação reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES**; não estar afastado ou se encontrar em processo de afastamento de suas atividades, por qualquer motivo; não estar em atraso ou

CLIPPING



com pendências junto ao CNPq ou editais da PROPI cujos prazos para prestação de contas (processo físico e/ou no SUAP) já findaram; estar com Currículo Lattes atualizado nos últimos seis meses.

As inscrições são feitas pela submissão de projeto através do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), onde os editais estão disponíveis na íntegra.

Os Programas são financiados com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e gerenciado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

Confira a lista de editais com inscrições abertas.

Edital nº 99, de 10/07/2019 – PIBIC-EM-CNPq

Voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes do Ensino Médio.

Bolsas ofertadas: 7

Edital

Formulário de Inscrição

Declaração do Aluno

Plano de Trabalho

Tabela Lattes

Edital nº 100, de 10/07/2019 – PIBIC-CNPq

Voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação do ensino superior.

Oferta de bolsas: 9

Edital

Formulário de Inscrição

Declaração do Aluno

Plano de Trabalho

Tabela Lattes

Edital nº 101, de 10/07/2019 – PIBITI-CNPq

Visa estimular estudantes, do ensino superior, ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação.

Oferta de bolsas: 4

topo ↕

CIDADE VERDE - TEMPO REAL

Mestrado abre portas a novas conquistas e oportunidades profissionais

Conquistar estabilidade e reconhecimento na carreira requer muito esforço e assertividade na hora de aperfeiçoar o conhecimento. Partir para programas de mestrado ou doutorado é um investimento que garante um currículo ainda mais rico e atraente. É possível aproveitar mais oportunidades de trabalho, além de criar diferenciais vantajosos no concorrido mercado atual, em que o trabalhador precisa ser cada vez mais multifuncional e dominar com profundidade sua vocação.

“Além de potencializar significativamente o currículo, um mestrado, por exemplo, agrega amplos conhecimentos e favorece de forma muito positiva a empregabilidade”, destaca o Prof. Dr. Mauricio Salviano, da Facid | Wyden. Ele coordena o Mestrado em Biotecnologia com área de concentração em biotecnologia e atenção básica de saúde oferecido pela Instituição de Ensino Superior na qual trabalha. Segundo ele, o mercado de trabalho fica de olho em profissionais com mestrado e doutorado, especialmente pelo conhecimento mais aprofundado que eles oferecem em áreas específicas. “Abrem-se muitas portas, além do respeito no meio acadêmico e oportunidades de emprego e de maior ascensão profissional para quem já está empregado”, finaliza Dr. Mauricio.

Neste sentido, a chance de realizar um mestrado profissional em uma renomada faculdade com qualidade internacional aumenta ainda mais esta expectativa de sucesso. A boa oportunidade chega com o processo de seleção para preenchimento de 30 (trinta) vagas no Programa de Mestrado Profissional em Biotecnologia e Atenção Básica de Saúde oferecidas pela Faculdade Facid | Wyden, em Teresina, para profissionais de saúde e áreas afim com linhas de pesquisa em Biotecnologia de produtos naturais e Biotecnologia aplicadas à saúde.

As inscrições estarão abertas até 03 de agosto de 2019. O curso de Mestrado Profissional Stricto Sensu é recomendado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC)** através da Portaria do Conselho Nacional de Educação N° 327 de 09 de março de 2017.

Segundo o Coordenador do Mestrado, Prof. Dr. Mauricio Salviano, a biotecnologia é uma área multidisciplinar que gera oportunidades ao profissional em atuar tanto em carreira científica como tecnológica. “No cenário brasileiro e mundial é considerada como uma área estratégica para o desenvolvimento econômico e social, contribuindo fortemente para o desenvolvimento tecnológico do País”, completa o professor. O edital, disponível em <https://www.wyden.com.br/facid> traz todas as informações necessárias para a inscrição, documentação e procedimentos de seleção dos candidatos.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Unir faz seletivo para interessados em se especializar em Ensino de Física

Inscrições começam na sexta-feira (2) e podem ser feitas pela internet. Seleção será feita através da análise de currículo acadêmico.

A Universidade Federal de Rondônia (Unir) abre nesta semana as inscrições do processo seletivo do curso de especialização em Ensino de Física. A seleção será feita em uma única etapa, que é a análise do currículo acadêmico dos inscritos.

As inscrições começam na próxima sexta-feira (2), pela internet, e vão até o dia 11 de agosto. Não há cobrança de taxa para participar do processo seletivo.

De acordo com o edital, o programa de pós-graduação tem objetivo de "contribuir na qualificação de licenciados em Física e Ciências com modalidade em Física, que estão atuando ou não, em sala de aula no ensino fundamental e médio".

A modalidade do curso é presencial, com encontros às sextas-feiras e sábados. Ao todo, são oferecidas 15 vagas. A previsão é que o resultado final da seleção seja divulgado em 26 de agosto e o início das aulas ocorra em 13 de setembro.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Inscrições no Programa ETA vão até 16 de agosto

Inscrições de projetos no edital Capes-Fulbright ETA vão até o dia 16 de agosto

As Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras que pretendem receber assistentes de ensino ou pesquisa em língua inglesa devem enviar suas propostas para o Programa CAPES-Fulbright de Assistente de Ensino de Língua Inglesa (English Teaching Assistant – ETA) até às 17h do dia 16 de agosto. O edital nº 16/2019 selecionará projetos institucionais que possam contribuir para melhorar os cursos de bacharelado ou licenciatura em Letras (Língua Inglesa).

O programa vai apoiar, por até três anos, um máximo de 40 projetos. Os assistentes de ensino são cidadãos estadunidenses nativos. Para concorrer, estes norte-americanos precisam cumprir os seguintes requisitos: ser falante nativo, cidadão dos EUA, recém-graduado com experiência em ambiente educacional e em ensino em sala de aula, ter proficiência oral e escrita em língua neolatina e algum conhecimento de língua portuguesa, além de ter disponibilidade para ficar no Brasil de fevereiro a novembro no respectivo ano de concessão de bolsa.

Com o ETA é possível valorizar a formação e a relevância social dos profissionais do magistério da educação básica. Serão destinados até R\$5.695.861,33 por ano ao programa, com o valor máximo de R\$142.396,53 por projeto. A seleção dos bolsistas é feita pela Comissão Fulbright nos Estados Unidos. Como benefícios os assistentes terão mensalidade, passagens e seguro-saúde. A duração de cada bolsa é de até nove meses, com início do programa no Brasil em fevereiro de 2020.

Para mais informações, consulte a página do programa.

Capes

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Desafios da pós-graduação

“Propor novo modelo de avaliação de programas está entre os planos traçados”, escreve **Anderson Correia**, presidente da **Capes** e ex-reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em artigo para a Folha de S. Paulo

Assumir a presidência de uma agência do porte e dimensão da **Capes**, fundação pública vinculada ao Ministério da Educação, é um enorme desafio.

Sob a nossa responsabilidade está grande parte do financiamento, por meio de fomentos, bolsas e acesso a periódicos mundiais, e o credenciamento e a avaliação do sistema de pós-graduação stricto sensu do país, com quase 300 mil alunos em mais de 6,6 mil cursos de mestrado e doutorado.

Somam-se a isso a coordenação de um sistema de educação a distância e uma série de programas de formação de professores da educação básica. A **Capes** mantém atualmente cerca de 200 mil bolsas na pós-graduação e na formação de professores da educação básica.

Atender às expectativas de milhares de bolsistas e, ao mesmo tempo, reorientar metas de modo a melhorar alguns processos e reforçar outros, como a internacionalização das nossas universidades e a formação de professores da educação básica, são apenas alguns exemplos da nossa missão.

Nos primeiros seis meses deste ano, conseguimos definir as principais linhas de atuação, trabalhando a melhoria da avaliação, que era um ponto cobrado há muito tempo; nesta linha trouxemos diversas inovações à atividade.

Nesse tempo, elaboramos um plano, com cronograma bem definido, e revisamos o modelo de fomento. Reforçamos a área internacional, com o objetivo de ampliar a inserção internacional de nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos internacionais mais relevantes.

Paralelamente, estabelecemos que a educação básica também é uma prioridade; lançamos o programa Ciência nas Escolas, em conjunto com o CNPq; apoiamos o MEC no desenvolvimento da Política Nacional de Alfabetização; lançamos novos editais para formação de professores da educação básica nos Estados Unidos, Irlanda e Canadá. Somos o elo central da formação de professores no Ministério da Educação e estamos trabalhando com novos editais para 2020 com foco nas necessidades específicas do Plano Nacional de Educação.

Pela primeira vez, na avaliação quadrienal, pontuaremos melhor as universidades e instituições que fazem a autoavaliação e o planejamento estratégico. Isto é de uma importância enorme, pois as universidades estão imbuídas de, ao trazer seus programas à **Capes**, apresentar propostas que inovem na formação de recursos humanos.

Vamos implementar o Qualis Referência com foco em impacto e relevância nessa avaliação de meio-termo, agilizando e flexibilizando os nossos processos, além de permitir e incentivar a multidisciplinaridade.

Até o final do ano, pretendemos propor um novo modelo de avaliação multidimensional para a próxima avaliação quadrienal, o que ajudará a compreender melhor os programas de pós-graduação do Brasil, em função de suas diversas dimensões como internacionalização, transferência de conhecimento ao setor produtivo, formação de recursos humanos e impacto econômico.

CLIPPING



Iniciaremos, ainda neste ano, a atividade da comissão que produzirá o novo Plano Nacional de Pós-Graduação, para o período de 2021 a 2030. Com isso, trabalharemos junto com a sociedade, definiremos quais são os temas prioritários e estratégicos para o país e como as instituições de ensino superior podem oferecer propostas alinhadas com o que se espera.

Temos ainda o grande desafio de aproximar as universidades do setor produtivo, trabalhando em sintonia com a indústria. Além do mestrado profissional que já existe de longa data, inauguramos neste ano os primeiros cursos de doutorado profissional. São cerca de 30 e estimamos que, em quatro anos, sejam pelo menos cem. Esse modelo de doutorado forma exatamente quem já está na indústria, com financiamento da própria indústria ou do mercado. É mais uma maneira da **Capes** incentivar a aproximação com o setor produtivo.

Com a nova abertura de propostas de cursos novos, a **Capes** abre de forma inédita neste ano a possibilidade de apresentação de propostas de mestrados a distância, permitindo a modalidade no país, que já é empregada em vários países, com grande sucesso. Revisamos a portaria de forma a exigir qualificação mínima para as proponentes.

Acredito que para superarmos o desafio da melhoria na educação, precisamos nos atentar a três metas: qualidade, eficiência e produtividade.

A qualidade é importante porque uma ampla formação de recursos de alto nível será essencial para alavancar o Brasil mundialmente como um player de desenvolvimento tecnológico, econômico e social.

A eficiência é o mecanismo para fazermos mais com menos, ou seja, identificando melhorias contínuas e processos inteligentes de alocação de recursos em todo o país, sempre com base na meritocracia.

E a produtividade será o resultado de todas as nossas ações conjuntas com as instituições de ensino superior, com responsabilidade, planejamento estratégico e trabalho consistente voltado para o país.